



Poder Judiciário  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 5017304-61.2013.4.04.7100/RS**

**RELATOR** : LEANDRO PAULSEN  
**APELANTE** : JOSE ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS  
**ADVOGADO** : PAULO OLIMPIO GOMES DE SOUZA  
: LEONEL ANNES KEUNECKE  
: FELIPE DREYER DE AVILA POZZEBON  
: MICHELE DE ÁVILA RIVAROLLY LIMA  
**APELANTE** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**APELANTE** : JOAO QUIRINO MEDEIROS GONCALVES  
**ADVOGADO** : JOAO OLIMPIO DE SOUZA FILHO  
: EDUARDO DAVOGLIO DE SOUZA  
: FABIO MAFFESSONI KURY  
**APELANTE** : SILVANE DALA SANTA  
**PROCURADOR** : FABRÍCIO VON MENGDEN CAMPEZATTO (DPU) DPU074  
**APELADO** : OS MESMOS

**VOTO**

**O Senhor Desembargador Leandro Paulsen:** 1. *Preliminares.* 1.1 *Princípio da indivisibilidade e obrigatoriedade da ação penal.* A defesa alega a nulidade do processo por frontal violação aos princípios da obrigatoriedade e da indisponibilidade da ação penal pública. Nesse sentido, afirma que a ausência de Fabiano Goens e Adriana Regina Schunck de Souza, membros atuantes da organização criminosa Tour Export, no pólo passivo da demanda revela que o Ministério Público Federal optou por eximir tais sujeitos das consequências penais decorrentes dos mesmos fatos narrados no âmbito deste processo. Tal conduta violaria os princípios da indivisibilidade e obrigatoriedade, porquanto descabe ao *dominus litis* eleger arbitrariamente os sujeitos que responderão pelas condutas tipificadas no ordenamento penal.

Inicialmente, consigno que em nosso ordenamento jurídico, consoante entendimento pacífico no âmbito dos tribunais superiores, vige o entendimento de que as ações penais públicas, embora obrigatórias, são plenamente divisíveis em função da conveniência para a instrução. No bojo da famigerada "Operação Ouro Verde", em que mais de 15 "doleiros" e 300 "clientes" do mercado paralelo foram processados, por exemplo, eventual tentativa de processamento conjunto inviabilizaria por completo a persecução penal.

De qualquer modo, consigno que todos os integrantes da cúpula da Tour Export foram denunciados na ação Penal nº 2007.71.00.001796-5 pela operação de instituição financeira não-autorizada e realização de remessas ilegais de valores ao exterior, condutas enquadradas nos tipos penais dos arts. 16 e 22, parágrafo único, da Lei 7.492/86. À defesa foi franqueado o pleno acesso a todo o material probatório produzido no âmbito da demanda principal, mesmo porque os próprios signatários da apelação defendem os interesses do réu JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS naqueles autos.

5017304-61.2013.4.04.7100



LVXC/LVXJ

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

O esclarecimento feito no parágrafo anterior, todavia, tem o mero intuito de deixar consignado que não há uma arbitrária escolha por parte do Ministério Público Federal dentre aqueles que irão responder penalmente pelas condutas praticadas. Todos os envolvidos estão enfrentando persecução criminal e, eventuais benefícios decorrentes de delações premiadas somente serão concedidos nos exatos termos da lei.

A hipótese dos autos ainda distingue-se em maior grau dos demais casos oriundos da "Operação Ouro Verde", porquanto não se está imputando aos réus o crime de operar instituição financeira clandestina (Tour Export) ou remeter valores ao exterior por intermédio de operações de dólar-cabo. Sabidamente, Fabiano Goens e Adriana Regina Schunk de Souza eram membros integrantes da organização criminosa e participavam ativamente das condutas ora mencionados. Não obstante, a transferência oculta de recursos da PORTOCRED S.A. para a Tour Export, segundo a exposição ministerial, não teve qualquer intervenção dos informantes do Juízo. Não há indícios de que Fabiano e Adriana tenham sido coautores das ações descritas na denúncia e, portanto, sua relação com os fatos é meramente colateral. A própria oitiva de tais indivíduos na condição de informantes, especificamente para o caso concreto, parece ter derivado de demasiado zelo do Juízo *a quo*, pois nada impediria que fossem tomados seus respectivos compromissos, na condição de verdadeiras testemunhas, porquanto indivíduos relacionados de forma meramente indireta ao caso concreto.

Por fim, ainda que fosse possível alegar eventual vício decorrente da inexistência de formalização de acusação contra outros envolvidos, tal tese somente poderia ensejar a aplicação do art. 28 do CPP (remessa dos autos à câmara de coordenação e revisão do MPF), mas jamais configuraria fundamento para afastar a responsabilidade daqueles que foram efetivamente denunciados.

Ante o exposto, rechaço a preliminar.

**1.2 Delação premiada e necessidade de seu conhecimento pela defesa.**

Em relação à delação premiada entabulada por FABIANO GOENS e ADRIANA REGINA SCHUNK DE SOUZA, vigorava à época de sua celebração o entendimento jurisprudencial de que o sigilo do acordo de delação premiada era da natureza o instituto. Exemplificativamente:

*PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ACORDO DE COOPERAÇÃO. DELAÇÃO PREMIADA. DIREITO DE SABER QUAIS AS AUTORIDADES QUE PARTICIPARAM DO ATO. ADMISSIBILIDADE. PARCIALIDADE DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO. SUSPEITAS FUNDADAS. ORDEM DEFERIDA NA PARTE CONHECIDA.*

*I - HC parcialmente conhecido por ventilar matéria não discutida no tribunal ad quem, sob pena de supressão de instância.*

*II - Sigilo do acordo de delação que, por definição legal, não pode ser quebrado.*

*III - Sendo fundadas as suspeitas de impedimento das autoridades que propuseram ou homologaram o acordo, razoável a expedição de certidão dando fé de seus nomes.*

*IV - Writ concedido em parte para esse efeito (STF, HC nº 90.688, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 1ª Turma, DJE 25-04-2008)*

No caso concreto, a delação em questão sequer diz respeito aos fatos apurados na presente ação criminal. Como bem afirmou o Ministério Público Federal em seu parecer, Fabiano Goens e Adriana Regina poderiam ter sido ouvidos na condição de testemunhas do Juízo, porquanto não se comprometeram a fornecer quaisquer elementos de fato que implicassem condenação dos réus, assim como não estavam sendo acusados de transferir recursos da PORTOCRED S.A. para os cofres da Tour Export.

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Paralelamente, ainda que assim não o fosse, não há nos autos qualquer notícia atinente à suspeição dos membros do Ministério Público Federal que empreenderam o acordo de delação premiada, assim como a defesa não escreveu qualquer linha nesse sentido. Destarte, a manutenção do sigilo do acordo entabulado com Fabiano Goens e Adriana Schunk deve ser resguardada, independentemente da (in)existência de ameaça concreta e contemporânea à incolumidade física destes.

Em relação ao argumento de modificação legislativa superveniente que albergaria a pretensão deduzida nesta preliminar, sinalo que a Lei 12.850/13 tipificou penalmente a constituição de "organização criminosa", assim como regulou o instituto da delação premiada no âmbito desta espécie delitiva. Assim estabeleceu:

*Art. 7º O pedido de homologação do acordo será sigilosamente distribuído, contendo apenas informações que não possam identificar o colaborador e o seu objeto.*

*§ 1º As informações pormenorizadas da colaboração serão dirigidas diretamente ao juiz a que recair a distribuição, que decidirá no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.*

*§ 2º O acesso aos autos será restrito ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia, como forma de garantir o êxito das investigações, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido de autorização judicial, ressalvados os referentes às diligências em andamento.*

*§ 3º O acordo de colaboração premiada deixa de ser sigiloso assim que recebida a denúncia, observado o disposto no art. 5º.*

Entendo que o argumento, mesmo que a delação em apreço efetivamente dissesse respeito aos fatos discutidos nos autos, igualmente não prosperaria. A edição do dispositivo em comento ocorreu somente após o recebimento da denúncia, o que denota que as normas que regiam a espécie à época foram observadas sem qualquer mácula. A instrução, portanto, operou-se conforme o devido processo legal e foi apta a subsidiar o juízo quanto ao mérito da demanda em estrita observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Ressalto que os julgados mencionados pela defesa em que este relator refere que a Lei 12.850/13 havia entrado em vigor após o encerramento da instrução não invalidam o argumento ora utilizado. Tratava-se de mero reforço argumentativo, porquanto em se tratando de norma inaplicável àquelas demandas cuja denúncia já havia sido recebida, com maior razão o é naquelas em que a instrução havia se encerrado. Por fim, considerado o caráter material da norma que assegura ao delator o sigilo, igualmente não se poderia aplicar a lei nova ao caso, reservada que está às delações supervenientes.

Não prospera, portanto, a prefacial.

Em relação à acusada SILVANE DALA SANTA, a questão efetivamente mostra-se mais tormentosa.

Ao realizar a dosimetria da pena, o Juízo *a quo* reduziu a reprimenda penal atribuída à acusada em 1/3 por força de sua "colaboração", forte no art. 14, da Lei 9.807/99. A magistrada afirmou que assim agia em observância ao pedido formulado pelo Ministério Público Federal em seus memoriais (evento 319).

Compulsei os memoriais em questão e não localizei qualquer menção à existência de termo de colaboração premiada entabulado entre SILVANE DALA SANTA e o órgão de acusação. O pleito do MPF, além de não mencionar a incidência da Lei 9.807/99 sobre o caso concreto, apenas pugna genericamente pela redução da pena de SILVANE por conta de sua "colaboração para o esclarecimento dos fatos". Ao que tudo indica, tratava-se de singelo pedido de incidência da atenuante da confissão, porquanto parcela substancial dos fatos, ainda que agregados de teses defensivas, foi

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

reconhecida como verdadeira pela acusada. Socorrendo-me do parecer apresentado pela Procuradoria Regional da República, verifico que o próprio membro do *parquet* afirma inexistir termo de delação firmado por SILVANE, *in verbis*:

*Por fim, não há falar em Termo de Delação em relação a Silvane Dala Santa, como sugere a apelação do réu José Alexandre. A ré prestou depoimento no seu interrogatório por livre vontade de colaboração e esclarecimento, sem que lhe tivesse sido prometida redução ou exclusão da pena. Caso houvesse acordo nesse sentido, o recurso da ré e da acusação não seria para sugerir uma redução maior, mas para exigir o respeito ao (suposto) acordo de delação descumprido. Ademais, se houvesse a ele aplicar-se-iam as mesmas considerações relativas ao acordo de Fabiano e Adriana no que toca à temporalidade de sua elaboração.*

De tudo o que foi exposto conclui-se que inexistente o suposto acordo de delação entre Ministério Público Federal e SILVANE DALA SANTA. A redução de pena aplicada nos moldes da Lei 9.807/99, salvo melhor juízo, derivou de *error in judicando* que, na atual fase processual, não pode ser corrigido por este Tribunal, sob pena de *reformatio in pejus* sem que haja provocação acusatória para tanto. Analisando detidamente o conteúdo dos autos, verifico que as informações prestadas por SILVANE tiveram origem no seu interrogatório diante da impossibilidade de negar fatos documentalmente comprovados. Não estamos tratando de pessoa que tenha espontânea e voluntariamente decidido contribuir com as investigações, nos termos da Lei 9.807/99 e que, portanto, fizesse jus à benesse da redução da pena na última etapa da dosimetria.

Como se vê, não há qualquer prejuízo ou nulidade a ser reconhecida em favor da defesa de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI, porquanto inexistente termo de delação premiada a ser conhecido. Eventual abrandamento demasiado da pena imposta à SILVANE pelo Juízo *a quo* somente poderia ser combatido pelo Ministério Público Federal, mas, de qualquer forma, não afeta a posição jurídica dos corréus.

Afasto a preliminar.

**1.3 Ilícitude da prova relativa aos depoimentos prestados pelos delatores**

Como visto, SILVANE DALA SANTA não celebrou termo de delação premiada com o Ministério Público Federal.

Em relação à oitiva de FABIANO GOENS e ADRIANA REGINA, não há nulidade a ser reconhecida, pois: (a) a delação premiada pelos agentes diz respeito a fatos diversos daqueles tratados na presente demanda; (b) o Supremo Tribunal Federal, ao solver questão de ordem no âmbito da ação Penal 470, foi categórico ao firmar entendimento no sentido de que os denunciados pelos mesmos fatos em ações diversas (o que sequer ocorre no caso concreto) podem ser ouvidos na condição de informantes do Juízo; (c) os depoimentos de ADRIANA e FABIANO foram prestados em Juízo, em frente aos defensores dos acusados, os quais puderam formular questionamentos e apresentar suas considerações.

Ante o exposto, não há qualquer nulidade probatória a ser reconhecida por este Tribunal.

**1.4 Inépcia da denúncia.**

A denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal expôs de forma clara o fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, bem como apontou os elementos que supostamente indicariam a autoria delitiva. O silogismo jurídico empreendido pelo ilustre Procurador da República é perfeito e

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

permite plena identificação do objeto litigioso, razão pela qual não verifico qualquer violação ao art. 41 do Código de Processo Penal.

Sinale-se, outrossim, que a própria profusão de argumentos defensivos indica que a peça inicial acusatória atingiu de forma plena o seu desiderato. Somente um apontamento preciso dos fatos e de suas circunstâncias autorizaria o exercício tão amplo e denso pelos réus de seu direito de defesa.

Rechaço a prefacial.

1.5 *Cerceamento de defesa por indeferimento de provas.* Entende a defesa que o indeferimento da prova pericial grafotécnica sobre os cheques que implicaram resgate de aplicações, assim como a ausência de quebra do sigilo bancário e fiscal dos investidores da PORTOCRED implicou indevido cerceamento de defesa. Afirma que o suposto "desconhecimento" dos investidores acerca da transferência de recursos da instituição oficial para a contabilidade paralela da Tour Export mostra-se inverossímil, porquanto, a despeito de terem deixado de receber informes anuais de rendimentos emitidos pela PORTOCRED, não reportaram o fato às autoridades competentes. Ademais, caso os investidores efetivamente fossem vítimas do esquema fraudulento em questão, os valores por eles mantidos junto a PORTOCRED deveriam necessariamente estar registrados em suas declarações de imposto de renda.

Ao juiz, que é o destinatário da prova, é facultado indeferir as provas que entender desnecessárias, bem como "determinar, no curso da instrução, ou antes de proferir sentença, a realização de diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante" (CPP, art. 156, II). O deferimento de provas é matéria afeta, em regra, ao juízo de primeiro grau, salvo se configurado cerceamento de defesa, hipótese em que poderá ser alegada, em segundo grau, preliminar específica a ser apreciada à luz do conjunto probatório e da sentença que foi proferida.

A alegação de cerceamento apresentada no caso concreto não prospera por uma plêiade de razões.

Em primeiro lugar, as assinaturas apostas nos cheques utilizados para resgatar os investimentos dos clientes da PORTOCRED, na esmagadora maioria dos casos, sequer podem ser chamadas de falsificação por conta da ausência de *imitatio veri*. Há erros grosseiros de grafia no nome dos clientes e aposição de firmas completamente divergentes daquelas existentes nos cartões de registro bancário, no documento de identidade do cliente e até mesmo nas procurações outorgadas a advogados. Além da aposição de endosso "em branco" pela ré SILVANE e pelo funcionário Ricardo Alabarse Rímolo Júnior, ambos integrantes da PORTOCRED, inseria-se o nome do cliente sem qualquer pretensão de que a assinatura correspondesse à verdadeira, razão pela qual a perícia mostra-se inócua desde logo.

Logicamente, a primeira constatação ora feita poderia ser retorquida através do argumento de que o Juízo não está tecnicamente habilitado para fazer tal espécie de análise sobre as assinaturas. Todavia, a própria ré SILVANE e a testemunha Ricardo Alabarse Rímolo Júnior foram categóricos ao confirmar o fato de que eles próprios foram os responsáveis pelos escritos constantes nos cheques. Segundo tais agentes, a aposição dos endossos de próprio punho e a ausência de coleta da assinatura dos clientes se dava com o intuito de "facilitar a vida", porquanto tal conduta evitava que os investidores tivessem a necessidade de se deslocar até a agência bancária. Há, por conseguinte, confissão acerca do fato que é corroborada pela ausência de similitude entre os nomes apostos nos cheques e as assinaturas verdadeiras dos clientes.





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Em terceiro lugar, os clientes ouvidos em Juízo foram confrontados com as assinaturas em debate e, expressamente, afirmaram que não lhes eram correspondentes.

Em quarto lugar, não está sob julgamento a conduta dos investidores da PORTOCRED, a qual é irrelevante para a sorte das imputações atribuídas aos réus. Ainda que restasse provado que todas as grosseiras assinaturas dos cheques foram apostas pelos clientes da instituição financeira para, deliberadamente, repassarem recursos ao "caixa 2" movimentado pela Tour Export, o fato é que igualmente estaríamos diante do crime de gestão fraudulenta e até mesmo de apropriação indébita. Nessa hipótese, os saques simulados, ainda que houvessem sido autorizados pelos investidores em conluio com os réus, ensejaram escrituração contábil não condizente com a realidade, prestação de informações falsas às autoridades controladoras do Sistema Financeiro e aos demais *players* do mercado, bem como prejuízos à própria PORTOCRED. De outro lado, a Tour Export apropriou-se dos recursos investidos na PORTOCRED, unificou-os em contas correntes de sua propriedade para instrumentalizar suas operações de dólar-cabo e, acabou por ir à bancarrota sem restituir valores, seja aos seus "clientes", seja à instituição financeira oficial lesada.

Entendo que tais razões já são suficientes para esclarecer os motivos pelos quais o indeferimento da prova pericial e da quebra de sigilo fiscal dos investidores não gerou qualquer espécie de cerceamento de defesa.

1.6 *Prazo em dobro*. A defesa de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS sustenta a configuração de cerceamento de defesa por conta do indeferimento de seu pedido de dobra do prazo para apresentação de alegações finais. Nesse sentido, pondera que SILVANE DALA SANTA teve 10 dias para oferecimento de sua peça processual e, assim, obteve manifesta vantagem processual. Pontua que as teses defensivas de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI são contrapostas àquelas de SILVANE, a qual pôde tomar conhecimento das alegações finais do corrêu antes de oferecer suas próprias teses.

Não há embasamento jurídico para o pleito.

SILVANE gozou de prazo em dobro para apresentação de suas alegações finais por ser representada pela Defensoria Pública da União. Trata-se de favor legal previsto no art. 44, inciso I, da Lei Complementar nº 80/94 que tem o desiderato de permitir que o órgão público, responsável pela defesa de milhares de réus no âmbito criminal, consiga coordenar seus esforços de forma satisfatória. Não há como estender tal disposição legal aos corrêus.

Saliente-se que as defesas de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI e JOÃO QUIRINO, justamente por se tratar de processo eletrônico, dispunham de acesso aos autos 24 horas por dia, 7 dias por semana. Os prazos processuais que lhes tocam são aqueles previstos em lei e, além disso, a tese defensiva de SILVANE era conhecida a longo tempo, no mínimo desde o interrogatório da acusada. Ademais, é entendimento desta 8ª Turma que o processamento eletrônico do feito afasta a necessidade de concessão de prazo dobrado mesmo no caso de réus diversos contarem com procuradores igualmente diversos, *in verbis*:

*(...) 8. Considerando que a ação penal tramitou, desde o início, no sistema eletrônico, de modo que sempre esteve assegurado o pleno e concomitante acesso de todos os procuradores ao processo, é desnecessária a concessão de prazo dobrado, ainda que configurado o litisconsórcio passivo com procuradores diversos. (TRF4, ACR 5005819 -46.2013.404.7009, Oitava Turma, Relator p/ Acórdão João Pedro Gebran Neto, juntado aos autos em 14/08/2014)*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Além de inexistência de fundamento jurídico para a preliminar, não há circunstâncias fáticas capazes de indicarem qualquer espécie de prejuízo aos recorrentes.

1.7 *Ilegitimidade passiva*. JOÃO QUIRINO e JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS sustentaram sua ilegitimidade passiva *ad causam* para responder à acusação. Sustentam, em linhas gerais, que os crimes dos arts. 4º e 5º da Lei 7.492/86 são de mão própria, ou seja, somente podem ser cometido pelas pessoas expressamente arroladas no art. 25 da mencionada norma (controlador e os administradores de instituição financeira, assim considerados os diretores, gerentes) sem possibilidade de coautoria.

De acordo com a jurisprudência, a Lei 7.492/86 traz diversos tipos delitivos que são considerados próprios em razão de sua estrutura lógica sendo, portanto, de autoria dos controladores, administradores, diretores, gerentes e equiparados. Neste rol estão inseridos os crimes previstos no art. 4º, 6º, 9º e 11º da norma, bem como aqueles que expressamente identificam como sujeito ativo exclusivamente aquelas pessoas arroladas pelo art. 25 do mesmo texto (v.g. apropriação indébita - art. 5º). Não desconheço o fato de que houve oscilações jurisprudenciais para, ora reconhecer no crime de gestão fraudulenta natureza de "delito de mão própria", ora de "delito próprio". Os mais recentes julgados do STJ, todavia, seguem o entendimento de se tratar de simples crime próprio, *in verbis*:

*AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. GESTÃO FRAUDULENTA. SUJEITO ATIVO. CRIME PRÓPRIO. ART. 25 DA LEI 7.492/86. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FIXAÇÃO MOTIVADA E INDIVIDUALIZADA. 1. Conquanto se admita o delito de gestão fraudulenta no âmbito de instituição financeira clandestina (cf. STF: HC 93368/PR, Relator Min. Luiz Fux, Julg. 09/08/2011 e RHC 117270 AgR/DF, Relator Min. Celso de Mello, Julg. 06/10/2015), é certo que a gestão fraudulenta é crime próprio, cometido apenas pelas pessoas referidas no art. 25 da Lei nº 7.492/86. (AgRg no REsp 1455581/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 02/02/2016)*

Tal entendimento é o mais consentâneo com a conformação jurídica do crime de gestão fraudulenta, e de apropriação indébita, ambos regulados pela Lei 7.492/86. Se, por um lado, é certo que o autor da conduta necessariamente precisa ostentar a especial qualidade de administrador para perfectibilizar todos os elementos do crime (art. 25 da Lei 7.492/86), é igualmente inegável que tal circunstância de caráter pessoal, quando conhecida pelos comparsas, comunica-se entre todos os envolvidos (art. 30 do CP). Nesse sentido, colho os seguintes precedentes:

*PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ART. 4º, CAPUT, LEI 7.492/86. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PARA JULGAMENTO DA APELAÇÃO. DESNECESSIDADE DE NOVA INTIMAÇÃO POR OCASIÃO DE ADIAMENTO DO JULGAMENTO, SEM RETIRADA DE PAUTA. AUSÊNCIA DE PODERES DE GESTÃO PARA CONFIGURAÇÃO DO DELITO DE GESTÃO FRAUDULENTA. POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE TERCEIRO NO DELITO. ART. 29 DO CÓDIGO PENAL. DOSIMETRIA DA PENA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. (...) IV - O delito de gestão fraudulenta, capitulado no art. 4º da Lei 7.492/86, muito embora seja crime próprio, não impede que um terceiro, estranho à administração da instituição*

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*financeira, venha a ter participação no delito, desde que ancorado no art. 29 do Código Penal (precedentes). (HC 292.979/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 12/05/2015)*

*HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. DENÚNCIA. INÉPCIA. INOCORRÊNCIA. GESTÃO FRAUDULENTA. CRIME PRÓPRIO. CIRCUNSTÂNCIA ELEMENTAR DO CRIME. COMUNICAÇÃO. PARTÍCIPE. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. EXECUÇÃO DE UM ÚNICO ATO, ATÍPICO. IRRELEVÂNCIA. ORDEM DENEGADA. 1. A denúncia descreveu suficientemente a participação do paciente na prática, em tese, do crime de gestão fraudulenta de instituição financeira. 2. As condições de caráter pessoal, quando elementares do crime, comunicam-se aos co-autores e partícipes do crime. Artigo 30 do Código Penal. Precedentes. Irrelevância do fato de o paciente não ser gestor da instituição financeira envolvida(...) (HC 89364, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 23/10/2007, DJe-070 DIVULG 17-04-2008 PUBLIC 18-04-2008 EMENT VOL-02315-03 PP-00674)*

Pois bem, na hipótese dos autos não há qualquer dúvida de que SILVANE DALA SANTA ostentava a condição de gestora de carteira de clientes da PORTOCRED existente em Caxias do Sul/RS. A ré detinha competência para tomar decisões, exarava ordens a outros funcionários (inclusive para que apusessem assinaturas de "endosso em branco" em cheques), assim como tinha pleno acesso às informações relativas ao volume e meio de investimento de seus clientes. Ademais, a ação de "migrar" recursos da PORTOCRED para os cofres ilícitos da Tour Export jamais poderia ter sido implementada sem sua intervenção direta para fins de burla dos sistemas da instituição financeira.

JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS tenta escudar-se da responsabilização penal afirmando ter deixado a condição de diretor da PORTOCRED em abril de 2002. Tal fato, efetivamente, é inequívoco, porém de todo irrelevante para a sorte do litígio. Isso porque o acusado, a despeito de não ostentar mais a função de diretor, continuou sendo o acionista majoritário da instituição financeira. As testemunhas foram uníssonas ao afirmar, que JOSÉ ALEXANDRE, inclusive, continuava fisicamente exercendo suas atividades em uma sala situada na sede da PORTOCRED. Ainda que formalmente seus poderes de mando possam ter sido reduzidos, na prática, sua ingerência sobre os negócios era ampla.

SILVANE DALA SANTA e JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS exerciam, inequivocamente, poderes decisórios sobre os investimentos *sub judice* e, reciprocamente, detinham conhecimento das circunstâncias pessoais de um e de outro. LEO LEWGOY, diretor de marketing da instituição e testemunha no presente processo, afirmou que a própria contratação de SILVANE DALA SANTA foi imposta "goela abaixo" por JOSÉ ALEXANDRE. Outras testemunhas relataram que os integrantes da organização criminoso Tour Export, como FABIANO GOENS, JOÃO QUIRINO e a própria SILVANE, tinham reuniões com JOSÉ ALEXANDRE na própria sede da PORTOCRED.

A tese de que a tipicidade dos crimes próprios regulados pela Lei 7.492/86 estaria atrelada ao que consta no quadro societário da instituição, em detrimento do que ocorre no plano fático, já foi rechaçada pelo Superior Tribunal de Justiça:

*PENAL. HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DE AÇÃO. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. MATERIALIDADE E AUTORIA. TIPICIDADE (FORMAL, NORMATIVA E SUBJETIVA). TEORIA CONSTITUCIONALISTA DO TIPO. JUSTA CAUSA PARA O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. INÉPCIA NÃO CONFIGURADA. SÓCIO INFORMAL. ORDEM DENEGADA. (...) 2. A conduta*

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010







**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*típica, em tese, está também caracterizada pelo fato de o paciente ser um dos possíveis responsáveis/gestores pela empresa envolvida na fraude à fiscalização tributária e operação de câmbio não autorizada, com fim de promover evasão de divisas do País, mesmo não tendo seu nome no quadro societário. (HC 43630/AM, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 09/10/2007, DJ 05/11/2007, p. 295)*

Nesse contexto chegamos a JOÃO QUIRINO. O ex-colega de faculdade de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS e comparsa nos negócios ilícitos entabulados no seio da Tour Export, ainda que não tivesse qualquer relação formal direta com a PORTOCRED, associou-se de forma consciente a dois gestores de tal instituição financeira (SILVANE E JOSÉ ALEXANDRE). Sinale-se, inclusive, que a testemunha Ricardo Michelin (um dos investidores que teve seus recursos transferidos) declinou expressamente que JOÃO QUIRINO visitou-lhe em Caxias do Sul/RS para tratar dos recursos *sub judice* em nome da PORTOCRED.

De todo o conjunto probatório, conclui-se que os acusados inequivocamente detinham conhecimento recíproco acerca de suas respectivas condições pessoais relativas à administração dos investimentos de clientes da filial PORTOCRED S.A. Caxias do Sul/RS. Incide na hipótese os arts. 29 e 30 do Código Penal, de modo que todos os acusados são partes legítimas para responder pelos crimes dos arts. 4º e 5º da Lei 7.492/86.

**1.8 Nulidade da sentença. Vício de fundamentação.** Diferentemente do que pretende fazer crer a defesa de JOSÉ ALEXANDRE, o Juízo de origem fez meras referências colaterais às ações criminais nº 2001.71.00.032678-9 e 2007.71.00.001796-5 que têm (ou tiveram, quanto ao primeiro caso) o réu em seu pólo passivo. Não houve utilização indevida de "prova emprestada" ou qualquer espécie de menção a fatos capaz de gerar surpresa ou prejuízo à defesa. O fundamento condenatório encontra-se integralmente produzido nos presentes autos, submetido ao contraditório e amplamente analisado pelos litigantes.

Ante a ausência de quaisquer vícios de fundamentação na sentença de primeiro grau, rechaço a preliminar.

**1.9 Inconstitucionalidade do art. 4º da Lei 7.492/86.** A defesa sustenta que o tipo penal insculpido no art. 4º da Lei 7.492/86 padece de inconstitucionalidade por ser demasiadamente amplo e, conseqüentemente, violar o princípio da legalidade. No âmbito penal, onde vige a tipicidade estrita, seria inválido qualquer tipo que autorizasse a condenação do agente com base em juízos discricionários do Poder Judiciário.

Assim, dispõe o tipo penal impugnado:

*Art. 4º Gerir fraudulentamente instituição financeira:  
Pena - Reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos, e multa.  
Parágrafo único. Se a gestão é temerária:  
Pena - Reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.*

É incontroverso que os conceitos de "gestão fraudulenta ou temerária" exigem, como toda e qualquer norma jurídica, interpretação para sua adequada aplicação, todavia, entendo que tal circunstância não torna equívoca ou dúbia a significação e extensão do tipo penal. Esse próprio Tribunal conta com inúmeros precedentes que delimitam com bastante precisão o conteúdo da conduta que se

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

amolda com perfeição ao tipo penal e, inclusive, já rechaçou a tese da inconstitucionalidade. *In verbis*:

*(...) 1. Inexiste vício de validade perante a Carta Federal do art. 4º da Lei nº 7.492/86, porquanto tanto a "gestão fraudulenta" como a "gestão temerária" não causam divergências quanto ao seu entendimento, nem são questionadas diante dos princípios da legalidade e da segurança jurídica (TRF4, ACR nº 2003.71.00.077682-2, 7ª Turma, Des. Federal Tadaaqui Hirose, D.E. 04/03/2010). 2. Na gestão temerária o agente atua sem a prudência devida, em conduta abusiva, ultrapassando os limites da razoabilidade e assumindo riscos audaciosos. 3. In casu, a renovação de operações com liberação de novos recursos para cliente sem cadastro completo, sem limite de crédito estipulado e com histórico de inadimplência na instituição, constitui o delito descrito na opinio delicti. 4. Quanto às demais condutas perpetradas pelo agente, impõe-se a manutenção da absolvição. 5. Justifica-se a elevação da pena-base, haja vista o elevado valor do crédito temerariamente liberado pelo acusado - mais de 1 milhão de reais - não podendo tal quantia ser considerada resultado normal da prática delitiva. (TRF4, ACR 2004.70.00.032202-3, Sétima Turma, Relator p/ Acórdão Élcio Pinheiro de Castro, D.E. 19/11/2012)*

Do mesmo modo, muito embora o Supremo Tribunal Federal não tenha enfrentado diretamente a questão da constitucionalidade do delito do art. 4º, parágrafo único, da Lei 7.492/86, há diversos pronunciamentos da Corte aplicando o preceito sem qualquer ressalva acerca de sua compatibilidade vertical com a Constituição Federal.

Ante o exposto, afasto a prejudicial ao mérito por entender que o delito de gestão temerária não viola o princípio constitucional da legalidade.

*2. Mérito. Conflito aparente de normas e princípio da consunção. Arts. 4º e 5º da Lei 7.492/86.* Antes de adentrar na análise da materialidade e autoria de cada um dos delitos descritos na inicial, entendo ser necessário avaliar o argumento defensivo de que, em tese, haveria conflito aparente de normas no caso concreto a ser solvido, ou mediante incidência da regra da especialidade, ou do princípio da consunção entre os crimes do art. 4º e 5º da Lei 7.492/86.

O conflito aparente de normas penais ocorre quando há duas ou mais normas incriminadoras que, supostamente, regulam o mesmo fato. Trata-se de um conflito meramente aparente, porquanto a ciência jurídica oferece critérios para identificarmos a qual norma subsume-se aquele determinado fato: princípio da especialidade, subsidiariedade, alternatividade e até mesmo da consunção.

Esta 8ª Turma, em acórdão por mim relatado, já teve a oportunidade de afirmar que inexistente necessária relação de consunção ou especialidade entre os crimes de gestão fraudulenta, art. 4º da Lei 7.492/86, e apropriação indébita do art. 5º trazido pelo mesmo diploma legal. A autonomia entre os crimes, entretanto, depende de sua perpetração com desígnios autônomos. Nesse sentido:

*DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. APLICABILIDADE IMEDIATA DA LEI PROCESSUAL. ART. 387, IV DO CPP. PRELIMINARES AFASTADAS. OPERAÇÃO IRREGULAR DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. CONCURSO MATERIAL COM DELITOS DE GESTÃO FRAUDULENTA E APROPRIAÇÃO INDÉBITA. CONSUNÇÃO NÃO CONFIGURADA. ADMINISTRADOR DE FATO COMO SUJEITO ATIVO DOS DELITOS. (...) 5. Os crimes de gestão fraudulenta, apropriação indébita e operação irregular previstos na lei dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (arts. 4º, 5º e 16º da Lei 7.492/86), quando perpetrados com desígnios autônomos, não implicam*

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*consumção. (...) (TRF4, ACR 0009038-83.2007.404.7100, Oitava Turma, Relator Leandro Paulsen, D.E. 13/05/2014)*

Note-se que o princípio da consumção é aplicável apenas diante de concurso de crimes em que o crime-meio tem o seu potencial lesivo restrito à realização do crime-fim. Nessa hipótese, o delito intermediário resulta absorvido por esse último. Os fatos, consoante lição de Rogério Greco, não se acham em relação de espécie e gênero, mas de menos a mais, de parte a todo, de meio a fim. Assim, a consumação absorve a tentativa e esta absorve o incriminado ato preparatório; o crime de lesão absorve o correspondente crime de perigo; o homicídio absorve a lesão corporal; o furto em casa habitada absorve a violação de domicílio, etc..

Não é, salvo melhor Juízo, situação que possa ser extraída do relato contido na inicial acusatória.

Segundo o Ministério Público Federal, os acusados engendraram uma série de fraudes cujo potencial lesivo foi plural. Com o intuito de "capitalizar" a irregular casa de câmbio denominada Tour Export foram: (a) endossados cheques "em branco" para realização de saques sem o conhecimento de clientes da PORTOCRED S.A.; (b) realizados saques em espécie de investimentos sem o conhecimento de clientes; (c) apostos registros falsos na contabilidade da PORTOCRED S.A., porquanto os recursos não foram restituídos aos reais investidores, e; (d) transferidos recursos em papel-moeda para Porto Alegre de modo a evitar seu posterior rastreamento pelas autoridades.

Tais condutas não apenas tinham o condão de ludibriar a instituição financeira oficial e seus clientes culminando na apropriação indevida de recursos de terceiros, mas também induziam em erro a autoridade fiscalizadora do Sistema Financeiro Nacional e ocultavam dados relevantes acerca da saúde financeira da PORTOCRED aos demais *players* do mercado. Há pluralidade de vítimas cumulada com autonomia entre os desígnios que moveram cada uma das condutas, razão pela qual não prospera a tese defensiva de que há conflito aparente de normas a ser solvido pela aplicação dos princípios da consumção ou da especialidade.

3. *Crime de gestão fraudulenta. Art. 4º da Lei 7.492/86.* Segundo a denúncia, com o intuito de capitalizar a instituição financeira irregular mantida paralelamente à Portocred S/A. - Crédito, Financiamento e Investimento, os denunciados praticaram diversos atos fraudulentos para desviar recursos mantidos regularmente por clientes, sem o conhecimento destes. Os valores teriam sido migrados da carteira oficial de investimentos mantidos por clientes da Portocred S/A. - Crédito, Financiamento e Investimento de Caxias do Sul/RS, gerida por SILVANE, para o sistema paralelo, principalmente por meio de cheques emitidos pelos representantes legais da Portocred em Caxias do Sul - SILVANE, Ricardo Rímolo e Catiane dos Santos - e pelo então gerente financeiro da Portocred em Porto Alegre - Tomaz Hinrichsen. Os cheques eram endossados 'em branco' e continham no verso uma hipotética assinatura do cliente, que teria sido realizada pelos próprios funcionários da Portocred.

Após o resgate, o numerário teria sido encaminhado pela transportadora Panambi à Tour Export.

Os desvios teriam sido registrados na contabilidade da Portocred como resgates de aplicações em letras de câmbio e teriam reduzido ficticiamente as obrigações da empresa. Essa forma de registro contábil teria contribuído para a ocultação dos desvios, sendo que as demonstrações financeiras publicadas e remetidas

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

ao Banco Central teriam induzido em erro investidores e prejudicado a atividade fiscalizatória, projetando resultados distorcidos.

Ademais, teriam sido captados valores em nome da Portocred sem que esses recursos tivessem ingressado na contabilidade da empresa.

A denúncia ampara-se em elementos colhidos no procedimento administrativo nº 0901438448, instaurado pelo BACEN, e em investigação policial (IPL 936/2007, Pedido de Quebra de Sigilo 2008.71.00.008211-5, e Pedido de Busca e Apreensão 2007.71.00.026452-0).

Pois bem, o crime de gestão fraudulenta resta configurado quando os administradores de instituição financeira, na condução dos respectivos empreendimentos, administram de má-fé, de forma dirigida ao engano de terceiros, sejam eles sócios, empregados, investidores, clientes ou a fiscalização. São puníveis, então: "práticas quaisquer que de modo relevante alterem a verdade na documentação administrativa de empresas, realizadas por seu gestor ou ao seu mando" (TRF, AC 200170010038810, Des. Néfi Cordeiro, 7ªT. Jun/09)

Entendo que a materialidade restou amplamente demonstrada e foi analisada de forma pormenorizada pelo Juízo *a quo*. Saliente-se que sequer foram brandidas teses defensivas impugnando diretamente a análise das provas, mas apenas as conclusões jurídicas dela derivadas. Assim, para evitar tautologia quanto ao ponto, limito-me a reproduzir tais considerações da sentença acerca das provas que demonstram a ocorrência do delito:

#### *2.1.3 Materialidade*

*Conforme Relato Sucinto das Ocorrências efetuado pelo BACEN nos autos do procedimento administrativo nº 0901438448 (e. 1, Anexo 22, fls. 06/16), entre 19/10/2000 e 12/04/2007:*

*... foram desviados em torno de R\$3,5 milhões da Portocred. A Instituição contabilizou 148 saques como se fossem resgates de aplicações em letras de câmbio por ela emitidas, em contrapartida à saída de recursos de caixa ou de contas-correntes bancárias de sua titularidade, a despeito da inexistência de autorização dos clientes ou de recibos por eles firmados. Parte dos valores desviados tem correspondência com o ingresso de recursos na organização financeira clandestina pertencente ao controlador da Portocred e investigada no processo judicial 2007.71.00.001796-5.*

*5. Os funcionários da Portocred à época, Silvane Dala Santa, Ricardo Alabarse Rímolo Júnior e Catiane Santos, todos sediados em Caxias do Sul/RS, e os 2 primeiros constituídos procuradores da Instituição (folhas 22 a 48), operacionalizaram 148 resgates, no montante de R\$3.477.849,69, envolvendo aplicações em letras de câmbio de 85 clientes (folhas 49 a 54 e 586 a 588). A Portocred declarou que não possui documentação com assinatura da totalidade desses clientes cujos nomes foram utilizados como beneficiários dos saques e que os cadastros deles estão desatualizados. Os saques foram efetuados através da emissão de 117 cheques, 10 transferências bancárias, entre TEDs e DOCs (que a Portocred deixou de apresentar, mesmo tendo sido formalmente requisitados), e 21 pagamentos em espécie. Foram emitidos 115 cheques contra a conta-corrente bancária 07.140593.0-5, de titularidade da Portocred na agência 0180 do Banrisul, em Caxias do Sul, e 2 cheques contra a conta-corrente bancária 7998393-4, de titularidade da Portocred na agência 1841 do Banco real, em Porto Alegre.*

*(...)*

*7. Nas respostas às nossas requisições de documentos a Portocred não apresentou autorização, pedido de resgate ou documento desta natureza formalizado pelos aplicadores em relação a nenhum dos 148 saques, que são desprovidos de documentação comprobatória da regularidade, conforme detalhado a seguir.*

*a) Ausência de comprovante de recebimento pelo aplicador: em 98 saques a Portocred não remeteu documento que comprove os resgates de letras de câmbio ou o recebimento pelo cliente.*

5017304-61.2013.4.04.7100



LVX©/LVX]

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

b) Recibo na cópia de cheque: em 44 saques os comprovantes de recebimento pelo aplicador constituem-se, tão-somente, de cópias dos cheques com rubrica ou assinatura (folhas 605 a 606), dos quais: 6 delas são diferentes da constante em outros documentos do aplicador (vide item '12-a'); 5 são atribuídas a um mesmo aplicador, mas diferentes entre si; 5 são atribuídas a terceiros; e 28 são atribuídas aos aplicadores, mas a Portocred não apresentou documentação dos clientes que permita analisar a autenticidade das assinaturas.

c) Declaração da Sra. Silvane: 3 saques apresentam apenas declarações de que o aplicador recebeu os recursos, assinadas pela Sra. Silvane.

d) Recibo: 3 pagamentos em espécie tiveram recibos atribuídos ao aplicador enviados pela Portocred, que não remeteu documentos que permitam verificar a autenticidade das assinaturas. Desses saques, o atribuído ao aplicador Ademar Carpeggiani teve o ingresso dos recursos diretamente na organização financeira clandestina (vide item '16'), o atribuído ao aplicador Felipe Luiz Pizzetti, apesar de supostamente pago em Caxias do Sul, foi efetivado na sede da Portocred, em Porto Alegre, em circunstância que inviabiliza atestar sua regularidade (vide item '15' e folhas 311 e 312), e o referente a Fábria Andréa Viezzer Boeno (folha 646) possui recibo com assinatura diferente da constante em uma cópia de cheque atribuída à aplicadora em outro resgate (folha 647).

a) resgates promovidos por cheques:

O Bacen apontou, em seu Relato Sucinto, as seguintes ocorrências relacionadas aos resgates promovidos por meio de cheques (e. 1, Anexo 22, fls. 06/09):

... 8. Para os pagamentos em cheque que foram efetuados em Caxias do Sul, a Portocred possuía a conta-corrente 07.140593.0-5 na agência 0180 do Banrisul naquela cidade, mas o fluxo financeiro gerado nas dependências da Financeira em Caxias do Sul, decorrente de novas captações, era depositado integralmente nas contas-correntes da Instituição em agências bancárias do Banrisul ou Banco Real em Porto Alegre. A sede da Portocred remetia, via transferência bancária para a conta-corrente 07.140593.0-5, os recursos necessários para viabilizar todos os pagamentos, restando aos funcionários estabelecidos em Caxias do Sul a emissão dos cheques. Os pagamentos lançados no razão contábil da Portocred referente à conta-corrente bancária em Caxias do Sul (folhas 463 a 469) coincidem com os extratos fornecidos pelo Banrisul (folhas 470 a 477), especialmente nas remessas, pela sede da Financeira, dos recursos necessários para o pagamento dos resgates, conforme consta em anexo que elaboramos (folha 462).

9. Em resposta às nossas requisições de documentos, em 10.8.2007, 6.9.2007, 19.9.2007 e 26.2.2008 (folhas 56 a 64, 338 a 461 e 607 a 693), em que requisitamos cópias de 117 cheques emitidos para efetuar os pagamentos, a Portocred remeteu 112 cópias. Dessas cópias, 37 não apresentavam igualdade de beneficiário (folha 95) quando comparadas aos cheques microfilmados remetidos pelo Banrisul (folhas 96 a 166): 3 cópias indicavam como beneficiário o aplicador, diferentemente do constante nos cheques, em que constava o nome de um funcionário da Sra. Silvane; outras 33 cópias indicavam como beneficiário o aplicador, mas nos cheques constava como segundo beneficiário a Portocred (25 casos), Maria Cesarina dos Reis e Osvil José Folchini, de acordo com os depoimentos (folhas 65 a 94), funcionários da Sra. Silvane (5 casos) ou a própria Silvane (3 casos); a cópia restante apresentava como beneficiária uma pessoa com sobrenome igual ao da aplicadora, mas no cheque também constava a Portocred como beneficiária. A apresentação de documentos falsificados induziu esta Fiscalização em erro, pois prestou-se para ocultar os destinatários dos recursos.

(...)

12. Apontamos como exemplo da ocultação dos beneficiários finais dos cheques as fraudes cometidas nas dependências da Portocred e a omissão de funcionários do Banrisul no momento do pagamento dos cheques:

a) Na Portocred

- Aposição, em 11 cópias de cheque que serviram de recibo, de assinaturas diferentes daquelas constantes em documentos pertencentes aos aplicadores (folhas 605 e 606). Os 11 cheques foram emitidos contra a conta-corrente 07.140593.0-5, de titularidade da Portocred na agência 0180 do Banrisul. As assinaturas atribuídas a Angelina

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*Maria Rigon Balconi nas cópias dos cheques 634770 e 634771 apresentam diferenças grafotécnicas em relação à constante na carteira de identidade da aplicadora e na procuração outorgada ao escritório Lessa, Pilla (folhas 387, 388 e 591 a 593). O mesmo ocorreu em relação ao aplicador Ricardo André Michelin, cuja assinatura na cópia do cheque 687619 é diferente da constante na carteira de identidade (folhas 268 e 254). Em correspondência remetida à Portocred em 16.07.2007 a assinatura da aplicadora Beatriz Terezinha Gobeti Canali é diferente daquelas atribuídas a ela nas cópias dos cheques 870013, 870014 e 870015 (folhas 515 a 518). As assinaturas atribuídas ao aplicador Luiz Augusto Susin nas cópias dos cheques 619836, 619837 e 619838 são semelhantes entre si, mas diferentes das constantes nas cópias dos cheques 512227 e 627310, também atribuídas a ele (folhas 657 a 661).*

*- Aposição de endossos pela Sra. Silvane e pelo Sr. Ricardo Rímolo no total de 30 cheques em que foram signatários em conjunto ou isoladamente (folha 590). Destes, 29 cheques apresentavam como beneficiário o aplicador e a Portocred ou a Sra. Silvane, sendo 27 sacados no guichê de caixa da agência 0180 do Banrisul, em Caxias do Sul. Outros 27 cheques apresentaram endossos diferentes de fontes documentais atribuídas ou pertencentes aos aplicadores, a exemplo do recibo de resgate, procurações e carteira de identidade (folha 601).*

*b) pagamentos em espécie:*

*O Bacen apontou, em seu Relato Sucinto, as seguintes ocorrências relacionadas aos pagamentos efetuados em espécie (e. 1, Anexo 22, fl. 09):*

*... 14. Os 21 pagamentos em espécie, referidos no item '5', foram efetuados entre 26.08.2002 e 12.04.2005 (fl. 697) e nenhum apresenta documentação suficiente para comprovar o recebimento dos recursos pelos aplicadores, tais como recibo idôneo, comprovante de depósito ou comprovante de transferência bancária. Apenas 3 pagamentos foram suportados por recibo, mas as circunstâncias descritas no item '7-d' não permitem atestar a regularidade de nenhum deles. Em relação a outros 3 pagamentos a Portocred apresentou como documento uma correspondência da época do resgate, firmada pela Sra. Silvane, informando que o aplicador teria recebido os recursos (fls. 399, 411 e 444). Boleto operacional, documento elaborado pela tesouraria da Portocred e apenas de uso interno foi apresentado como comprovante em relação a 12 pagamentos. Para os 3 pagamentos restantes, a Portocred não apresentou documento, seja de confecção interna ou atribuída aos aplicadores apontados como beneficiários, Fabíola Carpeggiani, Jaudyr Canali e Luis Augusto Susin.*

*15. Todos os pagamentos em espécie foram apontados como executados em Caxias do Sul, mas 3 deles apresentam elementos que indicam que a Portocred não dispunha do montante de recursos naquela localidade, o que leva a concluir pelo pagamento efetuado na sede da Instituição, em Porto Alegre. O saldo global de caixa nos dias 28.08.2002, 06.09.2002 e 15.01.2003 era inferior ao valor dos saques registrados como resgate de letras de câmbio. Nos mesmos dias foram sacados recursos em espécie de conta-corrente 07.233744.0-8, de titularidade da Portocred na agência 0100 do Banrisul, em Porto Alegre, para suprimento de caixa que viabilizou os pagamentos. A Financeira não apresentou documentos que demonstrem a remessa dos recursos em espécie a Caxias do Sul e os saques foram registrados nas fitas do caixa da Portocred em Porto Alegre (folhas 317 e 318), rubricadas pelo então gerente financeiro, Tomaz Fernando Silveira Hinrichsen (vide exemplos de assinaturas do Sr. Tomaz às folhas 56 a 64), que desde 24.11.2006 exerce o cargo de diretor estatutário da Instituição (folhas 583 a 585). O detalhamento dos 3 casos cujas circunstâncias estão resumidas acima e indicam que os pagamentos foram efetuados na sede da Portocred, em Porto Alegre, consta no anexo que elaboramos (folhas 311 e 312). Os boletos operacionais demonstrativos dos pagamentos atribuídos aos aplicadores Darci José Vist, Elisa Sehbe Fedrizzi, Jamur Rigotto Carpeggiani e Lery José Michelin (folhas 398, 407, 650 e 430, respectivamente) apresentam outro indicio que leva ao mesmo tipo de conclusão: o local de pagamento indicado é 'aqui', que seria Caxias do Sul, mas o documento foi rubricado pelo Sr. Tomaz, que sempre trabalhou na representação da Portocred em Porto Alegre.*

*c) captação de recursos sem registro na contabilidade da PORTOCRED S.A.*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*Ainda conforme Relato Sucinto elaborado pelo Bacen (e. 1, Anexo 22, fl. 11), a estrutura da PORTOCRED S.A. foi utilizada para captação de recursos que foram administrados à margem de sua contabilidade:*

*... Recibos com timbre ou carimbo da Portocred demonstram que, entre 7.3.2003 e 20.12.2004, 7 clientes efetuaram aplicações na Financeira, no montante de R\$226.594,00 (folhas 521 a 530). A Instituição declarou formalmente que os valores não ingressaram em sua contabilidade (folhas 538 a 551). Dos 7 aplicadores, 6 fazem parte da relação dos clientes utilizados pela Financeira no processo de desvio de recursos. Os recibos foram firmados pela Sra. Silvane e pelo Sr. Ricardo Rimolo, que também captavam recursos para a Portocred, na qualidade de funcionários. A Sra. Silvane declarou em depoimento à Polícia Federal (folha 92) que novos valores captados de clientes cujas aplicações haviam sido desviadas da Financeira eram suportados por recibos de emissão da Portocred, mas destinados à organização financeira clandestina. A Portocred não fazia constar em seus recibos de captação mecanismo de segurança ou numeração sequencial que minimizasse a possibilidade de ocorrência de fraudes e permitisse controle dos valores movimentados em suas dependências.*

*d) Vinculação com a organização financeira clandestina:*

*Por fim, consoante Relato Sucinto elaborado pelo Bacen, parte dos valores que teriam sido desviados da Portocred teve como destino a organização financeira clandestina:*

*... 16. Parte dos valores desviados da Portocred teve como destino a organização financeira clandestina pertencente ao controlador da Financeira. Os extratos de aplicação na organização clandestina apresentam como titular dos recursos um código baseado no nome do aplicador, cuja decodificação foi apresentada pela Sra. Silvane em depoimento prestado à Polícia Federal em 02.04.2007 (folhas 65 a 78). Da nominata apresentada pela Sra. Silvane e cujos resgates analisamos, identificamos 8 aplicadores cujos pagamentos são desprovidos de documentação hábil e os extratos a eles atribuídos na organização clandestina apresentam aplicação no mesmo dia ou em data próxima à baixa de sua aplicação na Portocred. Identificamos 10 resgates, atribuídos aos 8 aplicadores, em que ficou evidenciado o destino dos recursos na forma aqui descrita, os quais estão detalhados em anexo que elaboramos (fls. 167 a 170).*

*Os seguintes aplicadores negaram ter efetuado os resgates ou assinado documentos, e/ou foram apuradas falsidades documentais em cheques, cópias de cheques ou recibos apresentados pela Portocred:*

*(i) Ademar Carpeggiani*

*Conforme apurado pelo Bacen, Ademar Carpeggiani teve suas aplicações em letra de câmbio na Portocred, no montante de R\$ 210.494,68, integralmente resgatadas em 07/08/2002 e em 02 e 06/09/2002 (R\$ 50.000,00, R\$ 32.427,15 e R\$ 128.067,53, respectivamente), conforme cópia do cheque (e. 1, Anexo 23, fl. 22), recibo (e. 1, Anexo 23, fl. 24), boletos operacionais emitidos para pagamento (e. 1, Anexo 23, fls. 23 e 25), e o extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fl. 26). O resgate do dia 07/08/2002 atingiu o montante total de R\$ 176.239,46, porém, parcela de R\$ 126.239,46 foi reaplicada e resgatada definitivamente em 06/09/2002.*

*Extrato do banco clandestino (e. 1, Anexo 23, fl. 27) apresenta depósitos, nos mesmos valores resgatados, nos dias 03, 04 e 09/09/2002, em nome de 'LIS MAR', correspondente a Ademar Carpeggiani, conforme declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 82) e pelo advogado do aplicador (e. 1, Anexo 23, fl. 13).*

*Conforme microfilme do cheque 865488 (e. 1, Anexo 23, fl. 21), referente ao pagamento do valor de R\$ 50.000,00, emitido em 07/08/2002, o valor foi sacado em espécie no caixa do Banrisul, agência Caxias do Sul, em 07/08/2002, a assinatura de endosso no verso do cheque, atribuído ao aplicador, é diferente das contidas em documentos como carteira de identidade e CPF (e. 1, Anexo 23, fl. 16), da procuração outorgada a advogados (e. 1, Anexo 23, fls. 14/15) e do recibo dado em cópia do cheque fornecida pela Portocred (e. 1, Anexo 23, fl. 22). O operador de caixa do Banrisul não anotou o documento de identidade do sacador.*

*Apenas em relação ao resgate efetuado em 02/09/2002, no montante de R\$ 32.427,15, a Portocred apresentou recibo de quitação firmado pelo aplicador (e. 1, Anexo 23, fl. 24). O saque de R\$ 50.000,00 apresenta recibo no corpo da cópia do cheque (e. 1,*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Anexo 23, fl. 22). Em relação ao resgate ocorrido no dia 06/09/2002, no valor de R\$ 128.067,53, não foi apresentado documento que o vincule ao aplicador.

*Todos os resgates foram efetuados em espécie.*

Perante a autoridade policial, Ademar Carpeggiani disse que nunca autorizou que seus investimentos fossem sacados da Portocred. Disse que em determinado momento questionou SILVANE da regularidade do investimento, pois estava tendo dificuldades de obter extratos e informações para fins de imposto de renda. Disse que SILVANE confirmou que era regular, junto à Portocred (e. 1, Anexo 9, fl. (e. 1, INQ2, fls. 193/194).

Em Juízo, Ademar Carpeggiani reiterou que nunca autorizou ninguém a mexer em sua aplicação. Disse que todos os meses recebia extrato encaminhado pelos Correios pela Portocred de Porto Alegre, mas que em determinado momento passou a receber um extrato em que não constava o logotipo da Portocred. Disse que reclamou a SILVANE, recebendo a informação de que era da Portocred. Disse que recebeu a informação de que o investimento era diferenciado, mas que as garantias e os ganhos eram os mesmos, e que continuava na Portocred. Disse que nunca recebeu resgate em cheque, e que não recebeu o cheque 865488 do Banrisul. Afirmou que a assinatura no verso do cheque não é nem parecida com a sua. Disse que após SILVANE trocar de endereço começou a ter dificuldades para resgatar valores. Disse que brigou para receber um resgate de valores maiores, e que foram lhe entregar os valores em sua casa. Disse que normalmente os saques eram efetuados pessoalmente com SILVANE. Confirmou como sendo sua a assinatura aposta na cópia do cheque referente ao saque no valor de R\$ 50.000,00 (e. 1, Anexo 23, fl. 22). Confirmou ainda a assinatura aposta no recibo referente ao resgate no valor de R\$ 32.427,15 (e. 1, Anexo 23, fl. 24), embora não recorde de ter recebido tal valor. Disse ainda não lembrar de ter recebido o valor de R\$ 128 mil em setembro de 2002 (e. 227, VIDEO1).

(ii) Elzira Margarida Peletti e Maria Carmen Peletti

Conforme apurado pelo Bacen, Elzira Peletti teve sua aplicação em letra de câmbio na Portocred, no valor de R\$ 50.450,07, resgatada integralmente em 11/02/2003, conforme cópias dos cheques emitidos para pagamento (e. 1, Anexo 23, fls. 39/40) e extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fl. 44).

Extrato do banco paralelo (e. 1, Anexo 23, fl. 45) apresenta depósito no mesmo valor no dia seguinte, em nome de 'LIS EM PELETTI', identificação codificada de Elzira Peletti, de acordo com declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 80) e pelo advogado da aplicadora (e. 1, Anexo 23, fl. 33).

Maria Carmen Peletti, irmã de Elzira Peletti, teve a aplicação na Portocred resgatada também no dia 11/02/2003, no montante de R\$ 12.563,11, conforme cópia do cheque emitida para pagamento (e. 1, Anexo 23, fl. 63) e extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fls. 61/62).

Extrato do banco paralelo em nome de 'LIS MC PELETTI' (e. 1, Anexo 23, fl. 64), identificação codificada de Maria Carmen Peletti, de acordo com declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 82) e pelo advogado da aplicadora (e. 1, Anexo 23, fl. 55), registra aplicação a partir do dia 01/05/2003, com saldo inicial de R\$ 13.059,27, valor que equivale à projeção dos rendimentos à taxa da época, constantes no extrato, sobre o montante resgatado (e. 1, Anexo 23, fl. 70).

Microfilmes dos cheques 520032, 520033 e 520034, apresentados pelo Banrisul (e. 1, Anexo 23, fls. 37/38), demonstram que os saques foram realizados em espécie no caixa da agência Caxias do Sul/RS, em 12/02/2003, embora a Portocred tenha preenchido como data de emissão 13/12/2003. Nas cópias dos cheques anexadas à contabilidade da Financeira, a data de emissão é 11/02/2003 (e. 1, Anexo 23, fls. 39/40).

Os endossos no verso dos cheques 520033 e 520034 (e. 1, Anexo 23, fls. 37/38), atribuídos a Elzira Peletti, apresentam diferenças grafotécnicas em relação ao documento de identidade e ao CPF (e. 1, Anexo 23, fl. 36), bem como em relação à procuração outorgada a advogados (e. 1, Anexo 23, fls. 34/35).

O endosso atribuído a Maria Carmen Peletti no cheque 520032 (e. 1, Anexo 23, fl. 38), além de apresentar diferenças grafotécnicas em relação ao documento de identidade, CPF (e. 1, Anexo 23, fl. 58) e procuração outorgada a advogados (e. 1, Anexo 23, fls. 56/57), apresenta erros de grafia: 'Carmem' ao invés de Carmen, e 'Peleti' ao invés de Peletti.

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010







**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*O número do documento identificador da sacadora, supostamente preenchido pelo operador de caixa do Banrisul nos cheques 520033 e 520034, nominais a Elzira, correspondem ao CPF de Maria Carmen (e. 1, Anexo 23, fl. 58).*

*Não foi apresentado qualquer recibo de quitação, firmado pelas aplicadoras, pela Portocred.*

*A Portocred informou ao Banco Central, em 29/06/2007, que Elzira e Maria Carmen mantiveram contato com a instituição para resgate de suas aplicações (e. 1, Anexo 23, fl. 75), o que foi confirmado pela correspondência datada de 27/11/2007, encaminhada por seus advogados (e. 1, Anexo 225, fls. 03/04).*

*Elzira Margarida Peletti, perante a autoridade policial, declarou que jamais autorizou os saques de sua conta, e que não teve conhecimento da transferência de valores para instituição financeira paralela. Disse que sempre achou que seus valores encontravam-se na Portocred. Disse que, a partir de 2003, teve mais dificuldades de conseguir com SILVANE extratos e documentos com informações para fins de declaração no imposto de renda (e. 1, INQ2, fl. 199).*

*Maria Carmen Peletti declarou perante a autoridade policial que após a operação da Polícia Federal recebeu informação da Portocred de que não tinha valores investidos, pois tudo teria sido resgatado. Disse que não autorizou resgate, e a assinatura no verso do cheque não é sua, estando inclusive com a grafia errada. Disse que na maior parte do tempo foi atendida por SILVANE, com quem obtinha diretamente os extratos e entregava valores para investimento. Quando fazia resgates, pegava os valores diretamente com SILVANE. Disse que antes da operação da Polícia Federal SILVANE estava atendendo em um outro escritório, mas continuava como representante da Portocred. Entrou com uma ação judicial com outros investidores para reaver os valores (e. 1, INQ2, fls. 205/206).*

*Em Juízo, Maria Carmen Peletti confirmou ter recebido a informação da Portocred de que não teria mais valores investidos. Disse que não autorizou o resgate. Disse contudo lembrar ter retirado um valor de 12 mil reais para colocar em um banco. Não assinou recibo. Negou ser sua a assinatura aposta no verso do cheque 520032, e que a grafia está incorreta. Disse que no início a Portocred funcionava na Av. Júlio de Castilhos, e depois foi para a Av. Pinheiro Machado. Por fim estava no Bairro Produção, mas aí já era Piemonte. Disse que depois que passou a ser Piemonte deixaram de fornecer comprovantes para imposto de renda. Acha que o último foi em 2002. Disse ter efetuado algumas retiradas. Telefonava e ia buscar no local, mas não assinava recibo. SILVANE lhe mostrava extratos com os saldos e movimentações. Disse ter recuperado em torno de 29% do valor em uma ação judicial em um grupo de investidores, juntamente com Dr. Ricardo (e. 231, VIDEO4).*

*Dentre documentos apreendidos, apresentados por SILVANE, constam recibos referentes a aplicações que teriam sido realizadas por Maria Carmen Peletti em 28/01/2004 e em 22/07/2004, ou seja, após os resgates noticiados pela Portocred. Nos recibos, assinados por SILVANE e por Ricardo Rimolo, consta o logotipo da Portocred (e. 1, Anexo 4, fl. 45).*

*Constam ainda declarações para fins de imposto de renda apresentadas por Elzira Margarida Peletti, referentes aos anos-calendário 2003, 2004, 2005 e 2006, em que foram informadas aplicações em renda fixa junto ao Banco Portocred S.A. Crédito, Financ. Invest. (e. 1, Anexo 5, fls. 27/31).*

*Constam também declarações para fins de imposto de renda apresentadas por Maria Carmen Peletti, referentes aos anos-calendário 2003, 2004, 2005 e 2006, em que foram informadas aplicações em renda fixa junto ao Banco Portocred S.A. Crédito, Financ. Invest. (e. 1, Anexo 5, fls. 103/106).*

*(iii) Geraldo Alexandre Guerra*

*Conforme apurado pelo Bacen, Geraldo Guerra teve sua aplicação em letra de câmbio da Portocred, no montante de R\$ 10.753,00, integralmente resgatada em 26/02/2004, conforme cópia do cheque (e. 1, Anexo 23, fl. 88) e extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fls. 90/91).*

*Extrato do banco paralelo (e. 1, Anexo 23, fl. 92), em nome de 'LIS G GUERRA', identificação codificada de Geraldo Guerra, consoante declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 81) e pelo advogado do aplicador (e. 1, Anexo 23, fl. 82), registra aplicação a partir do dia 01/11/2005, com saldo inicial de R\$ 14.285,52, valor*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*que equivale à projeção dos rendimentos à taxa da época, constantes no extrato, sobre o montante resgatado (e. 1, Anexo 23, fl. 89).*

*Microfilme do cheque 429829, emitido em 26/02/2004, apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 23, fl. 87), demonstra que o cheque foi sacado em espécie no caixa da agência Caxias do Sul/RS em 26/02/2004. O endosso no verso, atribuído ao aplicador, apresenta diferença grafotécnica em relação ao documento de identidade (e. 1, Anexo 23, fl. 85) e à procuração outorgada a advogados (e. 1, Anexo 23, fls. 83/84). No verso do cheque consta o nome 'Osvil José Folchini' e o RG '1017653401', sem a indicação clara de tratar-se do beneficiário do valor sacado. Osvil José Folchini era funcionário de SILVANE.*

*Embora o cheque tenha sido emitido nominal a Geraldo A. Guerra ou Portocred, a cópia do cheque aponta somente o aplicador como beneficiário (e. 1, Anexo 23, fl. 88).*

*Não foi apresentado recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate.*

*Perante a autoridade policial, Geraldo Alexandre Guerra disse que sempre achou que seus investimentos estavam na Portocred, e que não teve conhecimento sobre saque de valores por SILVANE e outros funcionários da Financeira para investimento em outro local. Disse que não autorizou saque no valor de R\$ 10.753,00, e que, no máximo, sacou 4 mil reais (e. 1, INQ2, fl. 195).*

*Em Juízo, Geraldo Alexandre Guerra disse que a Portocred em Caxias do Sul ficava na Av. Júlio de Castilhos, mas que foi atendido em outros locais que também eram Portocred, sempre por SILVANE. Disse não lembrar se efetuou saques, mas que parece que em uma oportunidade sacou um valor baixo. Negou ser sua a assinatura aposta no verso do cheque 429829 (e. 1, Anexo 23, fl. 87), afirmando que não sacou tal valor. Disse que não assinava recibo, porque confiava em SILVANE. Recebeu judicialmente somente 30% do valor aplicado, em acordo efetuado com a Portocred (e. 231, VIDEO3).*

*Dentre documentos apreendidos, apresentados por SILVANE, constam recibos referentes a aplicações que teriam sido realizadas por Geraldo Alexandre Guerra no ano de 2006, ou seja, após os resgates noticiados pela Portocred. Nos recibos consta Vila Alda Consultoria e Investimentos (e. 1, Anexo 4, fls. 96/97).*

*(iv) Ricardo André Michelin*

*Apurou o Bacen que Ricardo Michelin teve a aplicação em letra de câmbio da Portocred, no montante de R\$ 46.800,20, integralmente resgatada em 24 e 28/03/2003, e em 02/04/2003 (R\$ 32.419,65, R\$ 4.080,55 e R\$ 10.300,00, respectivamente), conforme cópias dos cheques (e. 1, Anexo 23, fls. 103, 109 e 110) e o extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fl. 101).*

*Extrato do banco paralelo (e. 1, Anexo 23, fl. 99) apresenta depósito de R\$ 10.300,00 no dia 02/04/2003, em nome de 'LIS RAM', identificação codificada de Ricardo André Michelin, consoante declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 82) e pelo advogado do aplicador (e. 1, Anexo 23, fl. 93).*

*Microfilme do cheque 687640, referente ao pagamento do valor de R\$ 10.300,00 (e. 1, Anexo 23, fl. 98), demonstra que o montante foi sacado em espécie no caixa do Banrisul, agência Caxias do Sul/RS. O endosso no verso, atribuído ao aplicador, apresenta diferença grafotécnica em relação ao documento de identidade (e. 1, Anexo 23, fl. 97), à procuração outorgada a advogados (e. 1, Anexo 23, fls. 94/95) e ao recibo dado na cópia do cheque 687619 (e. 1, Anexo 23, fl. 110), embora o número do documento identificador do sacador, supostamente anotado pelo operador de caixa do Banrisul, corresponda ao do documento de identidade do aplicador.*

*Microfilmes dos cheques 687606 e 687619, referentes aos pagamentos de R\$ 32.419,65 e R\$ 4.080,55 (e. 1, Anexo 23, fls. 107/108), demonstram que os valores foram sacados em espécie no caixa do Banrisul, agência Caxias do Sul/RS, na data da emissão. Os endossos no verso, atribuídos ao aplicador, apresentam diferenças grafotécnicas entre si e em relação a toda documentação referente ao aplicador (e. 1, Anexo 23, fls. 94/95, 97 e 110). O cheque 687606, emitido em 24/03/2003 nominativo ao aplicador, apresenta inscrição que indica TED para a conta 40096, agência 3535, do Banco do Brasil (e. 1, Anexo 23, fl. 107).*

*Apenas em relação ao resgate ocorrido em 28/03/2003 a Portocred apresentou recibo, consubstanciado na suposta assinatura do aplicador na cópia do cheque (e. 1, Anexo 23, fl. 110).*

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*Perante a autoridade policial, Ricardo Michelin disse que em 2003 SILVANE lhe informou que a Portocred não estaria mais disponibilizando aplicações em letras de câmbio, mas que havia aplicação similar, com mesmas garantias. Disse que SILVANE efetuou a migração da aplicação sem questionar seu interesse. Disse que questionou SILVANE sobre o investimento, e que ela afirmou que a aplicação era regular e junto à Portocred. Em relação aos cheques, disse que não recebeu os valores nem solicitou a movimentação. A partir de 2003 SILVANE lhe disse para declarar à Receita Federal que os valores estavam em casa (e. 1, INQ2, fls. 196/197).*

*Em Juízo, Ricardo Michelin disse ter sido informado que as letras de câmbio seriam aplicadas de uma outra forma. Disse que JOÃO QUIRINO veio a Caxias do Sul/RS para lhe informar sobre a aplicação. Disse que pediu se havia garantias, tendo ele afirmado que tinha todas as garantias. Disse que poderia ser aplicado até em uma conversão em dólar. Disse que não autorizou previamente, mas soube que foi efetuada a migração dos valores. Negou serem suas as assinaturas apostas no verso do cheque 687640 (e. 1, Anexo 23, fl. 98), e dos cheques 687606 e 687619 (e. 1, Anexo 23, fls. 107 e 108). Negou ainda ser sua a assinatura aposta na cópia do cheque 687619 (e. 1, Anexo 23, fl. 110). Disse que sempre deixava o dinheiro com SILVANE para aplicação. Foi advogado de alguns clientes que fizeram acordo com a Portocred para recebimento de 30% dos valores aplicados. Disse que primeiramente os empréstimos e aplicações funcionavam no mesmo local. Depois, as aplicações passaram para outro endereço. O segundo escritório era uma sala comercial onde não havia a identificação da Portocred, mas onde havia sistema computadorizado interligado com a Financeira. Disse que ligava seguidamente para Porto Alegre para confirmar os valores aplicados. Primeiramente recebia as letras de câmbio. Depois passou a receber extratos com um codinome, e sem o logotipo da Portocred. Disse não ter estranhado porque estava sendo pago. Após 2005/2006 não recebeu os informes para fins de imposto de renda, mas continuou declarando. Após a operação da Polícia Federal contactou SILVANE, que disse que o problema seria solucionado. Após isso, ingressou com ação judicial contra a Portocred e contra SILVANE. Confirmou a declaração prestada à polícia de que teria recebido orientação para declarar à Receita Federal que os valores encontravam-se em casa. Afirmou ter efetuado alguns resgates menores diretamente com SILVANE, e outros maiores foram depositados diretamente em sua conta. Em alguns assinou recibos, em outros não. Disse que SILVANE lhe apresentava uma prestação de contas mensal (e. 231, VIDEO1).*

*Dentre documentos apreendidos, apresentados por SILVANE, constam recibos referentes a aplicações que teriam sido realizadas por Ricardo e Sabrina Michelin nos anos de 2006 e 2007, ou seja, após os resgates noticiados pela Portocred. Nos recibos consta Piemont Global Ltda. (e. 1, Anexo 4, fls. 78/82).*

*Constam ainda declarações para fins de imposto de renda apresentadas por Ricardo Michelin, referentes aos anos-calendário 2006, em que foram informadas aplicações em fundo de investimento junto à Portocred S.A. (e. 1, Anexo 5, fls. 114/115).*

*(v) Cleber Parmeggiani*

*Conforme apurado pelo Bacen, Cleber Parmeggiani teve sua aplicação em letra de câmbio na Portocred, no montante de R\$ 39.762,00, integralmente resgatada em 03/11/2003, conforme cópias de cheques 329492, de R\$ 28.479,00, e 329493, de R\$ 11.283,00 (e. 1, Anexo 23, fls. 114/115) e extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fl. 122). Extrato do banco paralelo (e. 1, Anexo 23, fl. 121), em nome de 'LIS CLEBER', identificação codificada de Cleber Parmeggiani, consoante declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 79), registra aplicação a partir do dia 01/09/2006, com saldo inicial de R\$ 1.959,38. A projeção dos rendimentos à taxa da época, sobre o montante resgatado, equivale ao saldo inicial para a conta 'LIS CLEBER' constante dos relatórios 'Projeção de Saldos', emitidos pelo banco paralelo (e. 1, Anexo 23, fls. 116/118).*

*Microfilmes dos cheques 329492 e 329493, apresentados pelo Banrisul (e. 1, Anexo 23, fls. 119/120), demonstram que os valores foram sacados em espécie diretamente no caixa do Banrisul, agência Caxias do Sul/RS, na data da emissão. Os endossos no verso são dos signatários do cheque, SILVANE e Ricardo Rimolo. O operador de caixa não anotou o número do documento de identidade do sacador. Os cheques foram*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

emitidos nominais a 'Cleber Parmeggiani ou Portocred', mas nas cópias dos cheques consta apenas o aplicador como beneficiário (e. 1, Anexo 23, fls. 114/115).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate.

(iv) João Antônio Zamboni:

Segundo apurado pelo Bacen, João Antônio Zamboni teve a aplicação em letra de câmbio da Portocred, no montante de R\$ 50.216,00, integralmente resgatada em 05/02/2004, conforme cópia do cheque 427644 (e. 1, Anexo 23, fl. 125) e extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fl. 127).

Extrato do banco paralelo (e. 1, Anexo 23, fl. 124), em nome de 'LIS JOAO/Z', identificação codificada de João Zamboni, consoante declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 81), registra aplicação a partir do dia 01/11/2005, com saldo inicial de R\$ 67.396,71, valor que equivale à projeção dos rendimentos à taxa da época, constantes no extrato, sobre o montante resgatado (e. 1, Anexo 23, fl. 123).

Microfilme do cheque 427644, apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 23, fl. 126), demonstra que o valor foi sacado em espécie diretamente no caixa do Banrisul, agência Caxias do Sul/RS, quatro dias após a emissão. Os endossos no verso são dos signatários do cheque SILVANE e Ricardo Rimolo. O operador de caixa não anotou o número de identidade do sacador. Embora o cheque tenha sido emitido nominal a 'João Antônio Zamboni ou Portocred', a cópia do cheque registra apenas o aplicador como beneficiário (e. 1, Anexo 23, fl. 125).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate.

(vii) Patrícia Amoretti

Conforme apurou o Bacen, Patrícia Amoretti teve a aplicação em letra de câmbio na Portocred, no montante de R\$ 18.207,00, integralmente resgatada em 19/03/2003, conforme cópia do cheque (e. 1, Anexo 23, fl. 130) e extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fl. 128).

Extrato do banco paralelo (e. 1, Anexo 23, fls. 139/140) apresenta depósito de valor idêntico no mesmo dia do resgate, em nome de 'LIS P AMORETTI', identificação codificada de Patrícia Amoretti, consoante declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 82).

Microfilme do cheque 687594 (e. 1, Anexo 23, fl. 141), emitido em 19/03/2003, demonstra que o valor foi sacado em espécie diretamente no caixa do Banrisul, agência de Caxias do Sul/RS, na data da emissão. O operador de caixa não anotou o número do documento identificador do sacador. Não há endosso no cheque.

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate.

A Portocred informou ao Banco Central, em 19/06/2007, que Patrícia Amoretti manteve contato com a instituição para resgate de sua aplicação (e. 1, Anexo 23, fl. 129).

(viii) Angelina Maria Rigon Balconi

Apurou o Bacen (e. 1, Anexo 22, fl. 08) a existência de diferenças grafotécnicas nas assinaturas apostas nas cópias dos cheques 634770 e 634771, nos valores de R\$ 18.000,00 e R\$ 17.380,00, datados ambos de 03/06/2003 (e. 1, Anexo 24, fls. 66/67), em relação àquelas constantes no documento de identidade (e. 1, Anexo 25, fl. 118) e em procuração outorgada a advogado pela aplicadora (e. 1, Anexo 25, fls. 116/117).

Perante a autoridade policial, Angelina Maria Rigon Balconi declarou nunca ter autorizado SILVANE a sacar ou transferir suas aplicações. Disse que jamais recebeu os valores e que nunca realizou qualquer resgate. Disse que SILVANE sempre lhe apresentava extratos e recebia valores para aplicações. Não tinha conhecimento de que os valores teriam sido enviados para um banco paralelo. Negou serem suas as assinaturas apostas nas cópias dos cheques 634770 e 634771, bem como no verso do cheque 634770 (e. 1, INQ2, fl. 198).

O nome de Angelina Maria Balconi constou na relação de nomes de clientes cujas aplicações teriam sido migradas para a 'carteira B da Portocred', assim chamada a carteira gerida junto ao banco paralelo, que foi apresentada por SILVANE à Polícia Federal (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14).

(ix) Beatriz Terezinha Gobeti Canali

E em relação a Beatriz Terezinha Gobeti Canali, apurou o Bacen (e. 1, Anexo 22, fl. 08) a existência de diferenças grafotécnicas nas assinaturas apostas nas cópias dos cheques 870013, 870014 e 870015, nos valores de R\$ 30.000,00, R\$ 30.000,00 e R\$

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

10.470,00, datados todos de 25/01/2005 (e. 1, Anexo 25, fls. 41/43), em relação àquela constante em notificação dirigida à Portocred (e. 1, Anexo 25, fl. 40).

Apurou ainda o Bacen a existência de incompatibilidade de beneficiários indicados na cópia dos cheques 870.013, 870.014 e 870.015 e nos documentos microfilmados apresentados pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia dos cheques constou como beneficiária a aplicadora, no cheque consta como beneficiário Osvil José Folchini, funcionário de SILVANE (e. 1, Anexo 22, fls. 167/169). O próprio Osvil José Folchini teria efetuado os saques junto ao Banrisul.

Perante a autoridade policial, Beatriz Terezinha Gobetti Canali disse que começou a aplicar na Portocred em 2000. Em meados de 2006 SILVANE deixou de atendê-la porque passou para outro endereço. Segundo último informe para fins de imposto de renda que recebeu, em 2005, possuía 70 mil reais aplicados. No início de 2007 percebeu que a Portocred não funcionava mais no endereço de Caxias do Sul. Ligou então para Porto Alegre, recebendo a informação de que não possuía mais aplicações na instituição financeira. Entrou em contato com SILVANE, que lhe disse que seus valores teriam sido sacados por equívoco, mas que seria regularizada sua situação. Disse ainda que recebia de SILVANE e de outros atendentes, na agência da Portocred, extratos que continham a inscrição 'LIS BTGC'. Também recebia da Portocred de Porto Alegre, na mesma época, pelos Correios, comprovantes das aplicações com o timbre 'Portocred'. Negou que tenha assinado as cópias dos cheques 870013, 870014 e 870015 (e. 1, Anexo 25, fls. 41/43). Acrescentou que a grafia de seu nome estaria incorreta. Afirmou não ter realizado os saques nem autorizado a movimentação. Disse que os saques foram realizados no ano de 2006, e que neste mesmo ano havia pego extratos junto com o funcionário da Portocred de nome Ricardo, pensando que suas aplicações permaneciam na Portocred (e. 1, INQ2, fls. 201/202).

Em Juízo, Beatriz Terezinha Gobetti Canali confirmou as declarações anteriores. Confirmou ainda não ter assinado os comprovantes dos cheques 870013, 870014 e 870015. Acrescentou não ter recebido nenhuma explicação sobre os saques. Disse que os comprovantes da Portocred recebeu até 2005, pelo que lembra, e que depois somente os extratos com o código. Disse não ter estranhado o código porque constava o registro de sua aplicação (e. 231, VIDEO2).

O nome de Beatriz Terezinha Gobetti Canali constou na relação de nomes de clientes cujas aplicações teriam sido migradas para a 'carteira B da Portocred', apresentada por SILVANE à Polícia Federal (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14).

Acrescentou que na relação de nomes de clientes cujas aplicações teriam sido migradas para a 'carteira B da Portocred', apresentada por SILVANE à Polícia Federal (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14), além dos citados acima, reclamaram ou buscaram investimentos já resgatados junto à Portocred, os seguintes: Darci José Vist, Eduardo Dalpicolli, Miguel Dalpicolli e Vilceu José Paim da Silva.

No que diz respeito ao aplicador Darci José Vist, o boleto operacional demonstrativo de pagamento em espécie no valor de R\$ 21.337,00, datado de 21/11/2002, que teria sido efetuado ao investidor a título de resgate, apresenta como local de pagamento a expressão 'aqui' (Caxias do Sul), mas o documento foi rubricado por Tomaz Fernando Silveira Hinrichsen (e. 1, Anexo 24, fl. 79), gerente financeiro que sempre trabalhou na representação da Portocred em Porto Alegre (e. 1, Anexo 22, fl. 9).

A Portocred apresentou declaração assinada por SILVANE afirmando que o investidor teria recebido os recursos, constando também assinatura supostamente atribuída ao aplicador (e. 1, Anexo 24, fl. 81).

Em relação a Eduardo Dalpicolli, apurou o Bacen a existência de incompatibilidade de beneficiários indicados na cópia dos cheques 627.290, 627.291 e 627.292, nos valores de R\$ 30.000,00, R\$ 30.000,00 e R\$ 27.870,00, todos datados de 28/01/2005, e nos documentos microfilmados apresentados pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia dos cheques constou como beneficiário o aplicador, nos cheques constou como beneficiários o aplicador e SILVANE (e. 1, Anexo 22, fls. 129 e 149). A própria SILVANE teria efetuado os saques junto ao Banrisul.

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate. Também quanto a Miguel Dalpicolli, apurou o Bacen a existência de incompatibilidade de beneficiários indicados na cópia dos cheques 627.293, 627.294 e 627.295, nos valores de R\$ 30.000,00, R\$ 30.000,00 e R\$ 28.035,00, todos datados de

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

28/01/2005, e nos documentos microfilmados apresentados pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia dos cheques constou como beneficiário o aplicador, nos cheques constou como beneficiários o aplicador e Osval José Folchini, funcionário de SILVANE (e. 1, Anexo 22, fls. 158/159). O próprio Osval José Folchini teria efetuado os saques junto ao Banrisul.

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate. E em relação a João Miguel Muratore, foi efetuado resgate mediante o cheque 605.840, no valor de R\$ 10.539,00, datado de 28/05/2003. O valor foi sacado em espécie. Embora o cheque fosse nominal ao aplicador, o número de identificação no endosso não corresponde ao RG do investidor. Além disso, a assinatura do endossante não corresponde àquela aposta na ficha cadastral e na cópia do cheque (e. 1, Anexo 22, fls. 51/65, e 130).

Além desses aplicadores, em que foi constatada correspondência entre valores resgatados na Portocred e aplicações no banco paralelo, é possível verificar a existência de outras 19 pessoas que, conforme informações prestadas pela Portocred, teriam mantido contato com a Financeira buscando informações sobre investimentos que já haviam sido resgatados, ou reclamaram não ter efetuado resgates, por meio de advogados (e. 1, Anexo 22, fl. 67).

Dentre esses aplicadores, alguns nomes possuem correspondência com códigos de contas mantidas no banco paralelo, conforme declarações prestadas perante a autoridade policial por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fls. 77/90). Pode-se citar: Ana Marta Basso Carpeggiani, Carlos Esteban Delucchi, Cléia Luiza Pizzetti, Fabiano Marcos Gobetti Canali, João Miguel Muratore, José Renato Ribeiro Soares, Lery José Michelin, Luiza Elvira Cambruzzi Tedesco, Natalino Geremia e Vitorino Dalpiccolli.

Em relação a Ana Marta Basso Carpeggiani teria ocorrido um pagamento em espécie no valor de R\$ 6.957,66, realizado em 06/09/2002, sem que tenha sido fornecido pela Portocred recibo atestando o recebimento por parte da aplicadora. A Portocred forneceu ao Bacen apenas boleto operacional de uso interno em que consta o registro da operação (e. 1, Anexo 26, fl. 72).

Quanto a Fabiano Marcos Gobetti Canali, teria ocorrido um pagamento em espécie no valor de R\$ 19.624,71, realizado em 19/12/2002, sem que tenha sido fornecido pela Portocred recibo atestando o recebimento por parte do aplicador. A Portocred forneceu ao Bacen apenas declaração de SILVANE de que teria entregue o valor ao aplicador. No documento há assinatura supostamente atribuída ao aplicador, distinta, porém, da carta enviada por ele à Portocred (e. 1, Anexo 26, fl. 72, e Anexo 24, fl. 94). No que diz respeito a Carlos Esteban Delucchi e Lery José Michelin, o Bacen constatou a existência de diferenças entre os endossos de cheques utilizados para a realização de saques e as assinaturas constantes em documentos pertencentes aos aplicadores (e. 1, Anexo 25, fl. 126):

- Carlos Esteban Delucchi: cheque 520014, sacado em espécie em 03/02/2003, no valor de R\$ 5.513,52, com endosso diferente da assinatura do aplicador constante em documento de identidade e procuração outorgada a advogado (e. 1, Anexo 22, fl. 125, e Anexo 25, fls. 122/124).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate; - Lery José Michelin: cheque 444639, sacado em espécie em 19/02/2002, no valor de R\$ 25.000,00, com endosso diferente do documento de identidade e procuração, bem como do recibo (e. 1, Anexo 22, fl. 146, Anexo 24, fl. 114, e Anexo 25, fls. 119/121).

Ainda no que diz respeito a Lery José Michelin, o boleto operacional demonstrativo de pagamento em espécie no valor de R\$ 34.600,00, datado de 25/11/2002, que teria sido efetuado ao investidor para 'recompra', apresenta como local de pagamento a expressão 'aqui' (Caxias do Sul), mas o documento foi rubricado por Tomaz Fernando Silveira Hinrichsen (e. 1, Anexo 24, fl. 116), gerente financeiro que sempre trabalhou na representação da Portocred em Porto Alegre (e. 1, Anexo 22, fl. 9).

A Portocred não apresentou recibo relativo ao pagamento em espécie, apenas o boleto operacional de uso interno acima citado (e. 1, Anexo 26, fl. 72). Quanto ao resgate efetuado por meio de cheque, apresentou apenas a cópia do cheque, supostamente assinada pelo aplicador (e. 1, Anexo 24, fl. 114).

Lery José Michelin declarou perante a autoridade policial que aplicava na Portocred junto com SILVANE há cerca de 10 anos e que a conta tinha o nome de 'CABEÇÃO'.

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*Disse que não teve conhecimento do resgate de valores e nem autorizou a movimentação. Acrescentou que SILVANE lhe apresentava extratos, e que realizava depósitos e saques como se os valores estivessem investidos na Portocred (e. 1, INQ2, fl. 192).*

*Em relação a Luiza Elvira Cambruzzi Tedesco e Vitorino Dalpiccolli, apurou o Bacen a existência de incompatibilidade de beneficiários indicados nas cópias dos cheques e nos documentos microfilmados apresentados pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107).*

*- Luiza Elvira Cambruzzi Tedesco: enquanto na cópia do cheque 427.646, no valor de R\$ 4.278,00, datado de 05/02/2004, constou como beneficiária a aplicadora, no cheque constou como beneficiários a aplicadora e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fl. 155).*

*A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente a aplicadora ao resgate;*

*- Vitorino Dalpiccolli: enquanto na cópia dos cheques 627.296 e 627.297, nos valores de R\$ 30.000,00 e de R\$ 6.235,00, ambos datados de 28/01/05, constou como beneficiário o aplicador, nos cheques constou como beneficiário o aplicador e Maria Cesarina dos Reis, funcionária de SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 159, e Anexo 23, fl. 06). A própria Maria Cesarina dos Reis teria efetuado os saques junto ao Banrisul.*

*A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente a aplicadora ao resgate.*

*No que diz respeito a Cléia Luiza Pizzetti, foram efetuados resgates mediante os cheques 634.726 e 634.727, nos valores de R\$ 15.000,00 e R\$ 17.357,27, ambos datados de 24/06/2003. Os valores foram sacados em espécie. Embora os cheques fossem nominais à aplicadora, o número de identificação no endosso não corresponde ao RG da investidora (e. 1, Anexo 22, fls. 51/65 e 127).*

*E quanto a Natalino Geremia, foi efetuado resgate mediante o cheque 605.858, no valor de R\$ 20.250,00, datado de 14/04/2003. O valor foi sacado em espécie. Embora o cheque fosse nominal ao aplicador, o número de identificação no endosso não corresponde ao RG ou CPF do investidor (e. 1, Anexo 22, fls. 51/65 e 127).*

*No que diz respeito a José Renato Ribeiro Soares, foi encontrado recibo de aplicação que teria sido efetuada em 26/08/2004, no valor de R\$ 30.200,00, com timbre da Portocred, e com referência à conta 'LIS/RIBEIRO' (e. 1, Anexo 25, fl. 51).*

*Além das pessoas acima referidas, alegaram não terem efetuado resgates junto à Portocred as seguintes (e. 1, Anexo 22, fl. 67): Luiz Dalpiccolli Neto, Sabrina Maria Storchi Michelin e Simone Geremia. Não foi encontrada, contudo, correspondência entre esses nomes e contas mantidas junto à instituição financeira paralela (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14, e Anexo 22, fls. 78/82).*

*Acrescento que, conforme Relatório Sucinto elaborado pelo Bacen, foram apuradas ainda as seguintes inconsistências:*

*- Alexandre André Pazini: existência de incompatibilidade de beneficiário indicado na cópia dos cheques 427.658, 427.659 e 427.660, nos valores de R\$ 9.511,77, R\$ 7.196,46 e R\$ 2.368,90, datados de 17/02/2004, e no documento microfilmado apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia dos cheques constou como beneficiário o aplicador, no cheque constou como beneficiário o aplicador e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fls. 119/120).*

*A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate.*

*Alexandre André Pazini foi identificado por SILVANE como o titular da conta 'LIS G/A PAZINI', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 80).*

*- André Caron: existência de incompatibilidade de beneficiário indicado na cópia do cheque 329.526, no valor de R\$ 8.405,00, datado de 09/12/2003, e no documento microfilmado apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia do cheque constou como beneficiário o aplicador, no cheque constou como beneficiário o aplicador e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fl. 126).*

*A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate.*

*André Caron foi identificado por SILVANE como o titular da conta 'LIS A/CARON', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 79).*

*- Elcio Caron: existência de incompatibilidade de beneficiário indicado na cópia dos cheques 329.527 e 329.528, nos valores de R\$ 20.000,00 e R\$ 12.191,00, datados de 09/12/2003, e no documento microfilmado apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22,*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

fl. 107). Enquanto na cópia dos cheques constou como beneficiário o aplicador, nos cheques constou como beneficiário o aplicador e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fl. 133). A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador aos resgates referentes aos dois cheques citados.

Elcio Caron foi identificado por SILVANE como o titular da conta 'LIS E/CARON', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 80).

- José Paulo Bossembecker Bauer: existência de incompatibilidade de beneficiário indicado na cópia dos cheques 429.821, 429.822 e 429.823, nos valores de R\$ 30.000,00, R\$ 30.000,00 e R\$ 23.982,56, datados de 17/02/2004, e no documento microfilmado apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia dos cheques constou como beneficiário o aplicador, nos cheques constou como beneficiário o aplicador e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fls. 120 e 143).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate.

José Paulo Bossembecker Bauer consta na relação de nomes de clientes cujas aplicações teriam sido migradas para a 'carteira B da Portocred', apresentada por SILVANE à Polícia Federal (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14).

- Liane Fogaça Pagnoncelli: existência de incompatibilidade de beneficiário indicado na cópia do cheque 329.529, no valor de R\$ 26.938,00, datado de 09/12/2003, e no documento microfilmado apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia do cheque constou como beneficiária Elaine Fogaça Pagnoncelli, nos cheques constou como beneficiária Elaine Fogaça Pagnoncelli e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fl. 131). O cheque foi endossado por SILVANE e pelo funcionário Ricardo Rímulo.

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente a aplicadora ao resgate.

Liane Fogaça Pagnoncelli foi identificada por SILVANE como a titular da conta 'LIS LLANE F/P', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 81).

- Licínio Monteiro Schemes: existência de incompatibilidade de beneficiário indicado na cópia dos cheques 664.951 e 664.952, nos valores de R\$ 30.000,00 e 14.165,00, datados ambos de 18/09/2003, e no documento microfilmado apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia do cheque constou como beneficiário o aplicador, nos cheques constou como beneficiários o aplicador e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fl. 148).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate.

Licínio Monteiro Schemes foi identificado por SILVANE como o titular da conta 'LIS LICINIO', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 81).

- Melissa Pizzetti: existência de incompatibilidade de beneficiário indicado na cópia dos cheques 577.412 e 429.837, nos valores de R\$ 15.666,00 e R\$ 8.889,00, datados de 06/01/2004 e 02/03/2004, e no documento microfilmado apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia dos cheques constou como beneficiária a aplicadora, nos cheques constou como beneficiária a aplicadora e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fls. 131 e 139).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente a aplicadora ao resgate no valor de R\$ 15.666,00.

Melissa Pizzetti foi identificada por SILVANE como a titular da conta 'LIS A MELISSA', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 79).

- Milton Seidl: existência de incompatibilidade de beneficiário indicado na cópia dos cheques 427.642 e 427.643, nos valores de R\$ 10.000,00 e 8.800,16, datados ambos de 04/02/2004, e no documento microfilmado apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia dos cheques constou como beneficiário o aplicador, nos cheques constou como beneficiários o aplicador e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fls. 134 e 160).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate.

Milton Seidl foi identificado por SILVANE como o titular da conta 'LIS FLORES', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 78).

- Palmira Muratore: existência de incompatibilidade de beneficiário indicado na cópia do cheque 619.810, no valor de R\$ 18.203,00, datado de 05/04/2004, e no documento

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010







**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

microfilmado apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia do cheque constou como beneficiária a aplicadora, no cheque constou como beneficiários a aplicadora e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fl. 172).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente a aplicadora ao resgate.

Palmira Muratore foi identificada por SILVANE como a titular da conta 'LIS MURATORE', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 79).

- Raquel Cristina Zamboni Canalli: existência de incompatibilidade de beneficiário indicado na cópia do cheque 427.645, no valor de R\$ 23.885,00, datado de 05/02/2004, e no documento microfilmado apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia do cheque constou como beneficiária a aplicadora, no cheque constou como beneficiários a aplicadora e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fl. 142).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente a aplicadora ao resgate.

Raquel Cristina Zamboni Canalli foi identificada por SILVANE como a titular da conta 'LIS RAQUEL/Z', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 81).

- Ricardo Amoretti: existência de incompatibilidade de beneficiário indicado na cópia do cheque 619.801, no valor de R\$ 27.300,00, datado de 23/03/2004, e no documento microfilmado apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia do cheque constou como beneficiário o aplicador, no cheque constou como beneficiário o aplicador e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fl. 172).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate.

Ricardo Amoretti consta na relação de nomes de clientes cujas aplicações teriam sido migradas para a 'carteira B da Portocred', apresentada por SILVANE à Polícia Federal (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14).

- Luiz Augusto Susin: as assinaturas atribuídas ao aplicador nas cópias dos cheques 619836, 619837 e 619838 são semelhantes entre si (e. 1, Anexo 26, fls. 30/32), mas diferentes das constantes nas cópias dos cheques 512227 e 627310 (e. 1, Anexo 26, fls. 33/34), também atribuídas a ele (e. 22, fl. 08);

- Luiz Augusto Susin: existência de incompatibilidade de beneficiário indicado na cópia do cheque 696.717 e no documento microfilmado apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia do cheque constou como beneficiário o aplicador, no cheque constou como beneficiário o aplicador e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fls. 167/169);

- Luiz Augusto Susin: pagamento em espécie realizado em 12/04/2005 sem que tenha sido fornecido pela Portocred qualquer documento atestando o recebimento do valor por parte do aplicador (e. 1, Anexo 26, fl. 72).

Luiz Augusto Susin foi identificado por SILVANE como o titular da conta 'LIS DENGOSA', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 80).

- Elisa Sehbe Fedrizzi: pagamento em espécie realizado em 12/09/2002, no valor de R\$ 41.350,95, sem que tenha sido fornecido pela Portocred recibo atestando o recebimento do valor pela aplicadora. A Portocred apresentou apenas boleto operacional, documento de uso interno (e. 1, Anexo 26, fl. 72).

Elisa Sehbe Fedrizzi foi identificada por SILVANE como a titular da conta 'LIS E/IZZ', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 80).

Perante a autoridade policial, Elisa Sehbe Fedrizzi declarou que por ocasião da operação da Polícia Federal não possuía mais valores investidos na Portocred (e. 1, INQ2, fl. 208).

- Fabiola Carpeggiani: pagamento em espécie realizado em 06/09/2002, no valor de R\$ 57.547,32, sem que tenha sido fornecido pela Portocred qualquer documento atestando o recebimento do valor por parte da aplicadora (e. 1, Anexo 26, fl. 72).

Fabiola Carpeggiani foi identificada por SILVANE como a titular da conta 'LIS FABI', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 80).

- Irani Carpeggiani: pagamento em espécie realizado em 28/08/2002, no valor de R\$ 67.135,70, sem que tenha sido fornecido pela Portocred recibo atestando o

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*recebimento do montante pelo aplicador. A Portocred apresentou apenas boleto operacional, documento de uso interno (e. 1, Anexo 26, fl. 72).*

*Irani Carpeggiani foi identificado por SILVANE como o titular da conta 'LIS I CARPEGIANA', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 81).*

*- Jamur Rigotto Carpeggiani: pagamento em espécie realizado em 28/08/2002, no valor de R\$ 65.766,88, sem que tenha sido fornecido pela Portocred recibo atestando o recebimento do montante pelo aplicador. A Portocred apresentou apenas boleto operacional, documento de uso interno (e. 1, Anexo 26, fl. 72).*

*Jamur Carpeggiani foi identificado por SILVANE como o titular da conta 'LIS JAMUR', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 81).*

*- Jesun Rigotto Carpeggiani: pagamento em espécie realizado em 28/08/2002, no valor de R\$ 72.006,77, sem que tenha sido fornecido pela Portocred recibo atestando o recebimento do montante pelo aplicador. A Portocred apresentou apenas boleto operacional, documento de uso interno (e. 1, Anexo 26, fl. 72).*

*Jesun Carpeggiani foi identificado por SILVANE como o titular da conta 'LIS GESUN', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 80).*

*- Tiago Carpeggiani: pagamento em espécie realizado em 06/09/2002, no valor de R\$ 75.278,56, sem que tenha sido fornecido pela Portocred recibo atestando o recebimento do montante pelo aplicador. A Portocred apresentou apenas boleto operacional, documento de uso interno (e. 1, Anexo 26, fl. 72).*

*Tiago Carpeggiani foi identificado por SILVANE como o titular da conta 'LIS TIGO I', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 82).*

*Ademar Carpeggiani, em Juízo, disse que colocou vários parentes seus na Portocred, porque no início foi bem atendido. Disse que assim como ele, Tiago também ficou no prejuízo. Acrescentou que Fabíola Carpeggiani conseguiu resgatar os valores aplicados. Disse ainda que seus irmão e sobrinhos também tinham aplicado na Portocred, o Irani e filhos. Sabe que um dos sobrinhos conseguiu resgatar seus valores (e. 227, VIDEO1).*

*- Jaudyr Canali: pagamento em espécie realizado em 23/12/2002, no valor de R\$ 19.455,02, sem que tenha sido fornecido pela Portocred qualquer documento atestando o recebimento do valor por parte do aplicador (e. 1, Anexo 26, fl. 72).*

*Jaudyr Canali foi identificado por SILVANE como o titular da conta 'LIS JCP', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 81).*

*- Neuri Fedrizzi: pagamentos em espécie realizados em 02/09/2002 e em 18/09/2002, nos valores de R\$ 37.177,45 e de R\$ 36.911,10, sem que tenha sido fornecido pela Portocred recibo atestando o recebimento dos montantes pelo aplicador. A Portocred apresentou apenas boleto operacional, documento de uso interno (e. 1, Anexo 26, fl. 72).*

*Neuri Fedrizzi foi identificado por SILVANE como o titular da conta 'LIS KLIN', mantida junto à instituição financeira paralela Tour Export (e. 1, Anexo 22, fl. 78).*

*- Construtora Stédile Ltda.: pagamento em espécie realizado em 26/08/2002, no valor de R\$ 51.751,01, sem que tenha sido fornecido pela Portocred recibo atestando o recebimento do montante pela aplicadora. A Portocred apresentou apenas boleto operacional, documento de uso interno (e. 1, Anexo 26, fl. 72).*

*A Construtora Stédile Ltda. consta na relação de nomes de clientes cujas aplicações teriam sido migradas para a 'carteira B da Portocred', apresentada por SILVANE à Polícia Federal (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14).*

*- Fedrizzi Adm. e Corr.; Seg.: pagamento em espécie realizado em 18/09/2002, no valor de R\$ 36.911,10, sem que tenha sido fornecido pela Portocred recibo atestando o recebimento do montante pela aplicadora. A Portocred apresentou apenas boleto operacional, documento de uso interno (e. 1, Anexo 26, fl. 72).*

*A Fedrizzi Adm. e Corr. Seg. consta na relação de nomes de clientes cujas aplicações teriam sido migradas para a 'carteira B da Portocred', apresentada por SILVANE à Polícia Federal (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14).*

*A respeito de tais pessoas físicas e jurídicas, entretanto, não há informação de que tivessem ingressado com algum tipo de pedido para reaver suas aplicações junto à Portocred.*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*Por fim, apurou o Bacen a captação de recursos em nome da Portocred, sem que os valores tivessem ingressado na contabilidade da instituição financeira. Conforme quadro anexo ao Relatório Sucinto (e. 1, Anexo 25, fl. 46), no período de 07/03/2003 a 20/12/2004, foram captados R\$ 226.594,00 de 07 aplicadores, da seguinte forma:*

*- Angelina Maria Rigon Balconi: conforme recibo com timbre da Portocred (e. 1, Anexo 25, fl. 47), a investidora aplicou R\$ 20.000,00 em 13/06/2003. O recibo foi assinado por SILVANE;*

*- Carlos Esteban de Lucchi: conforme recibos com timbre e/ou carimbo da Portocred (e. 1, Anexo 25, fls. 48/50), nas datas de 07/03/2003, 03/05/2004, 10/05/2004, e em 20/12/2004, o investidor aplicou os valores de R\$ 2.500,00, R\$ 3.150,00, R\$ 1.590,00, R\$ 2.750,00 e R\$ 6.250,00, respectivamente. Consta em 4 recibos a referência à conta 'LIS SANCAR', correspondente ao investidor, de acordo com informação prestada por SILVANE à autoridade policial (e. 1, Anexo 22, fl. 79). Os recibos foram assinados por SILVANE;*

*- José Renato Ribeiro Soares: conforme recibo com timbre da Portocred (e. 1, Anexo 25, fl. 51), o investidor aplicou R\$ 30.200,00 em 26/08/2004. No recibo consta referência à conta 'LIS/RIBEIRO'. O recibo foi assinado por SILVANE;*

*- Juarez Paulo Balconi: conforme recibos com timbre da Portocred (e. 1, Anexo 25, fl. 52), o investidor aplicou R\$ 20.000,00, em 13/06/2003, e R\$ 3.000,00, em 23/12/2003. Os recibos foram assinados por SILVANE;*

*- Maria Carmen Peletti: conforme recibos com timbre da Portocred (e. 1, Anexo 25, fl. 53), a investidora aplicou R\$ 7.000,00, em 28/01/2004, e R\$ 5.154,00, em 22/07/2004. Um recibo foi assinado por Ricardo Rímolo e o outro por SILVANE;*

*- Natalino Geremia: conforme recibo com timbre da Portocred (e. 1, Anexo 25, fl. 54), o investidor aplicou R\$ 25.000,00 em 15/07/2003. O recibo foi assinado por SILVANE;*

*- Vitorino Dalpicolli: conforme recibo com timbre da Portocred (e. 1, Anexo 25, fl. 55), o investidor aplicou R\$ 100.000,00 em 04/11/2004. No recibo consta referência à conta 'LIS DALL', correspondente ao aplicador, conforme informação prestada por SILVANE à autoridade policial (e. 1, Anexo 22, fl. 80). O recibo foi assinado por SILVANE.*

*A Portocred declarou que as aplicações citadas não ingressaram em sua contabilidade (e. 1, Anexo 25, fls. 63 e 74/75).*

*No curso da investigação, restou apurado, ainda, que valores sacados da Portocred junto ao Banrisul, em Caxias do Sul/RS, foram transportados pela empresa Segurança e Transporte de Valores Panambi para Porto Alegre, mediante contrato firmado com a Tour Export e Jarau, conforme notas fiscais (e. 1, Anexo 12, fls. 04/09) e guias de transporte (Anexo 14, fls. 96 e 121, Anexo 15, fls. 66, 211 e 212), datadas de 09/05/2002, 22/08/2002, 12/02/2003, 31/01/2005 e 04/02/2005.*

*Quadro elaborado pela Polícia Federal (e. 1, INQ2, fls. 157/159) relacionou saques efetuados junto à conta da Portocred no Banrisul de Caxias do Sul/RS (e. 1, Anexo 22, fls. 51/65) e as guias de transporte de valores de Caxias do Sul/RS para Porto Alegre/RS, em nome da Tour Export/Jarau, como segue:*

*(vide tabela na sentença, evento 340 do processo eletrônico originário)*

*Dos aplicadores referidos no quadro, Elzira Peletti, Maria Carmen Peletti, Eduardo Dalpicolli, Miguel Dalpicolli e Victorino Dalpicolli reclamaram créditos perante a Portocred, conforme exposto acima.*

*Em Juízo, SILVANE confessou a prática dos fatos apurados pelo Bacen. Disse administrava uma carteira de clientes da Portocred e, em julho de 2002, época em que seu filho nasceu, recebeu orientação de JOÃO QUIRINO, a mando de JOSÉ ALEXANDRE, de que era para separar alguns clientes com valores maiores e formar uma outra carteira. JOÃO QUIRINO lhe disse que era uma determinação do Bacen, e que teria que separar em torno de 2,5 a 3 milhões de reais. JOÃO QUIRINO lhe disse para avisar os clientes que iria ser feita a separação de carteiras, mas que iria continuar a mesma coisa, com as mesmas garantias, e que iriam receber um outro extrato, pois seria uma modalidade de aplicação distinta, com vencimento em 30 dias ao invés de 06 meses. JOÃO QUIRINO lhe disse que era para pegar a assinatura dos clientes e baixar a aplicação, mas achou que não precisava pegar novas assinaturas, pois a maioria de seus clientes eram pessoas de idade, aposentados, com um vínculo de mais de 20 anos. Disse que o Banrisul pagava os cheques com dois endossos, e que*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*já tinha o hábito de sacar valores para que os clientes recebessem diretamente na Portocred. Disse que todos os cheques eram nominais aos clientes, e que tinha que colocar no nome do cliente no verso do cheque e endossar. Disse que apenas escrevia o nome do cliente no verso, e que a intenção era de facilitar para o aplicador. Disse que esteve com JOÃO QUIRINO na casa de Ademar Carpegiani e Ricardo Michelin para explicar sobre a separação da carteira e nova modalidade de aplicação, e que JOÃO QUIRINO dizia que era a pedido do Bacen. Combinou com JOÃO QUIRINO que iria falar com os clientes a medida que fossem vencendo as aplicações. Disse que em momento algum JOÃO QUIRINO lhe disse que os valores não estariam mais na Portocred. Afirmou que foram efetuados os resgates para fazer uma nova aplicação, e que, no início, juntavam os resgates de um mesmo dia para transportar em um carro forte para Porto Alegre. Depois, os valores passaram a ser transportados por pessoas de Porto Alegre que vinham buscar. Disse que depois de um assalto ocorrido em Porto Alegre começaram a ter problemas para resgatar os valores, e que JOÃO QUIRINO e JOSÉ ALEXANDRE estiveram em Caxias do Sul/RS para lhe mostrar um documento do exterior em que supostamente estava informado que os valores da Portocred estariam bloqueados. Disse que até 2002 os informes para fins de imposto de renda vinham de Porto Alegre, alguns diretamente para os clientes. Os clientes recebiam ainda a letra de câmbio no endereço informado no contrato. Depois da migração passou a vir um envelope branco com o código dos clientes por fora. Disse que JOÃO QUIRINO lhe informou que o sistema não aceitava um nome muito extenso, e que todos os clientes tinham o nome abreviado e um número. Disse que a partir de 2003 os clientes passaram a reclamar que não estavam mais recebendo os informes para fins de imposto de renda. Que falou com JOÃO QUIRINO e este lhe disse que era para os clientes declararem que possuíam os valores em casa. Os problemas com resgates somente passaram a ocorrer a partir de 2006. Foi demitida da Portocred em 2005, passando a atender em outro escritório, inicialmente Vila Alda e depois Piemonte. Continuou, contudo, a atender sua carteira da Portocred, e os clientes sabiam que permanecia atendendo pela Portocred, inclusive fazendo aplicações. Disse que não costumava pedir recibo aos clientes por ocasião do resgate de valores. Afirmou que os clientes foram enganados (e. 263, VIDEO2 e 3).*

*Os elementos acima apontados demonstram que valores que se encontravam aplicados na Portocred foram sacados e destinados a aplicações junto à instituição financeira paralela Tour Export, pelo menos no período de fevereiro de 2002 a janeiro de 2006. Perante a Portocred, os saques foram registrados como resgates de letras de câmbio que teriam sido efetuados pelos aplicadores. Os saques, como visto, eram realizados pelos funcionários ligados à Portocred em Caxias do Sul/RS, pelo menos até o final de 2004, ou por SILVANE e seus funcionários Maria Cesarina dos Reis e Osvil José Folchini, a partir de janeiro de 2005.*

*Muitos dos aplicadores não tomaram conhecimento dos saques, ou, mesmo tendo conhecimento dos saques, imaginaram que seus valores tivessem sido aplicados em outro investimento, mas ainda sob a guarda da instituição financeira Portocred, conforme depoimentos, declarações de imposto de renda e recibos acima referidos.*

*Mesmo depois de ter deixado o escritório da Portocred em Caxias do Sul/RS, e ter montado escritório próprio a partir de janeiro de 2005, primeiramente denominado Vila Alda e, posteriormente, Piemont, SILVANE permaneceu como representante autônoma da Portocred naquela cidade, gerindo com certa autonomia a carteira de clientes da financeira, o que contribuiu para que os clientes continuassem a ser enganados, engano que perdurou até a deflagração da Operação Ouro Verde, em 12/04/2007.*

*E, como exposto pelo Bacen, as práticas fraudulentas ocorridas no âmbito da Portocred em Caxias do Sul/RS enganaram não apenas os clientes, mas também a fiscalização, uma vez que os registros dos saques na contabilidade da Portocred, como resgates de letras de câmbio, reduziram ficticiamente as obrigações da instituição, contribuindo para a ocultação dos desvios.*

*Ademais, as demonstrações financeiras remetidas ao Bacen e publicadas, além de prejudicarem a atividade fiscalizadora, induziram em erro investidores, pois projetaram resultados distorcidos, evidenciando uma situação econômica, financeira e patrimonial que não reconhecia as reais responsabilidades da instituição.*

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*Em ações judiciais movidas por parcela dos clientes, a Portocred fez acordos ou foi condenada a devolver valores indevidamente sacados, conforme depoimento da testemunha Elpidio Rodrigues Hoffmann, diretor da Portocred (e. 262, VIDEO2).*

*Diante desse contexto, resta sobejamente comprovada a materialidade em relação ao período de fevereiro de 2002 a abril de 2007.*

*Quanto ao período anterior, os elementos probatórios não são suficientes para um juízo condenatório. Com efeito, entre 19/10/2000 e fevereiro de 2002, o Bacen apontou irregularidades em apenas três resgates. Todavia, embora a Portocred não tenha apresentado ao Bacen o respectivo recibo assinado pelo cliente, não há, nos autos, provas de que tenha havido alguma fraude.*

Reiterada a atenta análise do material probatório, e desde logo ratificadas as considerações do Juízo *a quo* acerca da autoria, passo a apreciar as teses recursais de cada um dos acusados.

3.1 *Teses recursais de SILVANE DALA SANTA.* Especificamente quanto ao presente delito, SILVANE DALA SANTA busca eximir-se de responsabilidade criminal por não ostentar verdadeiro poder de administração sobre os investimentos *sub judice*. Ademais, suas condutas teriam sido integralmente derivadas de ordens não manifestamente ilícitas exaradas pelos administradores da instituição.

Não prosperam os argumentos.

Até o mês de dezembro de 2004, SILVANE DALA SANTA exerceu formalmente a função de gerência da carteira de investimentos da PORTOCRED no âmbito da cidade de Caxias do Sul/RS. A partir do mês subsequente, a acusada passou a atuar como "agente autônoma" dotada de amplos poderes de administração e representando de forma ostensiva a instituição financeira perante os clientes. Ressalte-se, inclusive, que a ré possuía procuração com poderes para assinar e emitir cheques em nome da Portocred, em conjunto com outro outorgado, no valor de até R\$ 30.000,00.

A prova dos autos demonstrou que a acusada, no exercício de suas competências funcionais, iludiu clientes da instituição e associou-se aos corréus com o intuito de gerir de modo fraudulento a PORTOCRED e possibilitar a apropriação de valores em favor da "Tour Export". Há, igualmente, atos praticados em frontal excesso de poder, como o recebimento de valores em nome da PORTOCRED e emissão de cheques em valores superiores àqueles autorizados pela procuração.

Quanto ao suposto desconhecimento da ilicitude das ordens exaradas por JOÃO QUIRINO e JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS, entendo que a instrução probatória aponta em sentido frontalmente contrário. SILVANE DALA SANTA era, ao tempo de sua contratação, dotada de certa experiência no mercado financeiro. Ao longo de seu contrato de trabalho, segundo a própria acusada, realizou cursos com o intuito de aperfeiçoar-se na área. Estamos lidando com uma profissional que chegou a gerir uma carteira de investimentos que girava em torno de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) e exercia ascendência hierárquica sobre outros funcionários da PORTOCRED S.A. Não há como pressupor, como pretende a acusada, qualquer espécie de "ingenuidade" profissional em relação a SILVANE.

Pois bem, ao longo da dinâmica delitiva houve demonstrações gritantes e cabais de que as operações realizadas pelos acusados eram fraudulentas. Cito, a título de exemplo, algumas: (a) a suposta explicação dada por JOÃO QUIRINO à SILVANE no sentido de que se fazia necessária a "migração" de clientes de uma carteira de investimento para outra por ordem do BACEN, sem qualquer razão fática ou jurídica para tanto, já desperta fundadas suspeitas acerca dos reais motivos da operação; (b) a

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

cessação da emissão de extratos e informes anuais de rendimentos pela PORTOCRED aos clientes após a realização da malfadada "migração"; (c) a utilização de codinomes para identificação dos investidores; (d) a emissão de cheques para levantamento de investimentos sem o conhecimento dos clientes; (e) as declarações ao BACEN, firmadas por SILVANE, de que clientes receberam valores em frontal colisão com o mundo dos fatos; (f) o transporte de valores da cidade de Caxias do Sul para Porto Alegre por intermédio de carro-forte em detrimento de transferências bancárias eletrônicas, a despeito da alegada migração de carteira de investimentos supostamente estar ocorrendo dentro da mesma instituição financeira (PORTOCRED); (g) a não renovação dos contratos entabulados com os investidores por força da "migração de carteiras"; (h) a ausência de coleta de quaisquer assinaturas dos clientes com o intuito de atestar a efetiva restituição de valores aos investidores.

A lista de evidências de fraude poderia ser complementada à exaustão, todavia compreendo que as razões já apresentadas são mais do que suficientes para demonstrar o dolo de SILVANE DALA SANTA e sua livre e consciente vontade de aderir à conduta criminosa dos corréus. Saliente-se que a própria acusada confirma que, a partir do momento que a organização criminosa passou a ter dificuldades em honrar seus compromissos, sua remuneração foi praticamente "triplicada". Trata-se de mais um elemento fático muito claro no sentido de que a organização buscou pela via econômica a manutenção da lealdade de SILVANE, cuja capacidade de induzir em erro os clientes que nela confiavam era muito elevada.

Ante o exposto, nego provimento ao apelo de SILVANE quanto ao ponto.

*3.2 Teses recursais de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS.* A alegação de que a condenação do recorrente fundou-se exclusivamente nos contraditórios depoimentos de Fabiano Goens, Adriana Regina e SILVANE DALA SANTA não prospera por diversas razões. Inicialmente, consigno que a existência de eventuais interesses conflitantes entre os corréus e os informantes do Juízo não invalida, de per si, os depoimentos colhidos. O cerne da questão diz respeito apenas ao grau de confiabilidade que poderá ser atribuído às versões dos fatos apresentadas pelas referidas pessoas. As informações deverão ser contrapostas com o restante do conjunto probatório existente nos autos e, somente quando houver congruência entre tais elementos, é que um juízo condenatório poderá ser devidamente formulado.

Como bem referiu a defesa, a questão atinente aos meandros do funcionamento da instituição clandestina Tour Export estão sendo discutidos nos autos da ação criminal nº 2007.71.00.001796-5. Não obstante, diferentemente de seu entendimento sobre o tema, compreendo que a menção feita pelo Juízo *a quo* acerca da condenação de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS como uma das grandes lideranças da Tour Export não traz consigo qualquer espécie de nulidade. Trata-se de ação criminal em curso na qual JOSÉ ALEXANDRE figura no pólo passivo, vem exercendo seu amplíssimo direito de defesa, conta com o auxílio jurídico dos mesmos signatários da apelação, conhece todos os elementos de prova e está respondendo por fatos intimamente relacionados com os apurados na presente demanda. Como já referi no âmbito das preliminares, o desmembramento dos processos deu-se por mera conveniência da instrução.

Ainda que assim não o fosse, o interrogatório de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS nos presentes autos já seria suficientemente consistente com os depoimentos prestados por testemunhas e informantes do Juízo para vincular-lhe à Tour Export. Segundo o próprio réu, durante certo período de tempo esteve

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

envolvido com atividades de "dólar-cabo" amealhando, assim, uma considerável "carteira" de clientes dessa espécie de serviço criminoso. Prosseguiu alegando que a Tour Export foi "aberta por Fabiano Goens", pessoa a quem transferiu sua carteira e continuou conduzindo tais negócios espúrios.

JOÃO QUIRINO afirmou ter sido indicado a Fabiano Goens pelo próprio JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS para fins de "regularização" da operadora de câmbio clandestina. Quando indagados acerca das razões do interesse de JOSÉ ALEXANDRE em tal regularização empresarial, já que supostamente não teria vínculo direto com os negócios da Tour Export, os réus apenas responderam com evasivas. Paralelamente, JOÃO QUIRINO admitiu que a propalada "regularização" jamais veio a se consolidar, razão pela qual passou a se envolver diretamente com as operações de dólar-cabo na condição de "faz tudo".

No curso do interrogatório, questionado pela magistrada que conduzia o ato, JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS acabou por assumir que ganhava aproximadamente R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais da Tour Export, porquanto "prestava consultorias". A natureza de tais consultorias também foi objeto de evasivas por parte do réu, o qual acabou por laconicamente esclarecer que se tratava da "indicação de clientes" e apontamento de "com quem trabalhar".

Ora, imaginar que o réu JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS cederia sua "carteira de clientes de dólar-cabo" para Fabiano Goens graciosamente, em um verdadeiro ato de benemerência em favor de seu sucessor no crime, por si só já soa de forma absolutamente fantasiosa. De outro lado, o réu acabou por confessar que mensalmente retirava frutos da Tour Export, ainda que muito provavelmente seus rendimentos fossem muito superiores aos propalados R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o fato é que estamos diante de uma confissão de que parcela do produto da atividade ilícita, seja a que título for, era sim repassada a JOSÉ ALEXANDRE.

De outra banda, JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS era o único elo existente entre a organização criminosa e a PORTOCRED S.A.. Elo este, diga-se, da mais elevada solidez. Isso porque o réu, até abril de 2002, foi o Diretor-Presidente da instituição financeira e, mesmo após seu afastamento do cargo, seguiu como acionista majoritário. Todas as testemunhas relacionadas a PORTOCRED, inclusive a nova diretoria constituída, confirmaram que JOSÉ ALEXANDRE seguia frequentando o estabelecimento físico da instituição financeira e, inclusive, gozava de uma sala pessoal onde exercia suas atividades profissionais. Fabiano Goens, Adriana Regina e a própria SILVANE DALA SANTA foram vistos em reuniões com JOSÉ ALEXANDRE na própria PORTOCRED.

Nesse contexto, a tentativa do recorrente de atribuir responsabilidade exclusiva à ré SILVANE DALA SANTA mostra-se completamente pueril. É evidente que as assinaturas nos cheques utilizados para a fraude partiram do punho de SILVANE, porquanto a própria acusada confirmou tal fato. Todavia, sem que ordem direta tivesse partido do maior interessado no desenvolvimento do ilícito, notadamente JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS, nenhuma vantagem existiria para SILVANE na sua consumação. Era o recorrente quem necessitava de recursos para cobrir o rombo existente na Tour Export. Era o recorrente quem amealhava os frutos diretos das operações de dólar-cabo, assim como era o recorrente quem detinha o *know how* (inclusive prestando "consultoria") para operacionalização das negociações espúrias.

A defesa tenta desacreditar o interrogatório de SILVANE DALA SANTA, oportunidade em que declinou que o esquema originou-se de JOSÉ ALEXANDRE e JOÃO QUIRINO, afirmando que, a despeito da corré ter alegado que

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

os desvios de dinheiro somente começaram a ocorrer em junho de 2002, há cheques descontados com a assinatura da requerida a partir de 31/05/2001. Não vejo qualquer relevância em tal constatação. Como demonstra o procedimento administrativo do BACEN, assim como o próprio Juízo *a quo* em sua sentença, há diversos indicativos de que SILVANE liberava recursos em favor de seus clientes sem a coleta de suas assinaturas desde sempre. Em outras palavras, mesmo quando os resgates efetivamente tinham como destino o verdadeiro investidor da PORTOCRED, antes do início da trama criminosa, SILVANE não seguia os procedimentos bancário institucionais necessários. Tal fato, por si só, não traz qualquer benefício ao recorrente, porquanto há comprovação cabal de que substancial parcela dos valores foi transferido à instituição financeira clandestina de JOSÉ ALEXANDRE, notadamente a Tour Export.

Avança o recorrente buscando convencer este relator acerca da impossibilidade de que a participação de SILVANE no esquema tenha derivado de "ingenuidade" ou de "indução em erro". Pondera que estamos diante de uma experiente gestora financeira e que, dadas as circunstâncias dos levantamentos dos recursos, seria impossível imaginar que tudo lhe tivesse passado despercebido.

Já declinei no tópico anterior do presente voto meu convencimento acerca da coautoria de SILVANE DALA SANTA. Efetivamente a ré associou-se a JOÃO QUIRINO e JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS (assim como a outras pessoas que não figuram no pólo passivo da presente demanda por motivos alheios aos autos) com o intuito de praticar fraudes contra o sistema financeiro nacional e se apropriar de recursos de terceiros. Não obstante, tal constatação em nada favorece a posição jurídica de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS, articulador de todo o esquema delitivo.

Prossegue o recorrente alegando que há provas nos autos de que os clientes da PORTOCRED não foram "vítimas" das transferências de recursos para o caixa da Tour Export, porquanto tinham plena ciência da operação. Desse modo, restariam descaracterizados os crimes de apropriação indébita de recursos e gestão fraudulenta.

Especificamente para o delito de gestão fraudulenta entendo que o argumento possui pouca, ou nenhuma, relevância jurídica para fins de descaracterização do crime. Ainda que fosse admitido que todos os clientes estavam em conluio com os réus para promover a transferência de valores, o fato é que a fraude na gestão da PORTOCRED remanesceria hígida. Houve escriturações contábeis não condizentes com a realidade, autorização de saques sem a assinatura dos documentos necessários, prestação de informações equivocadas ao Banco Central do Brasil, recebimento de valores em nome da PORTOCRED para destinação a terceiros.

De qualquer sorte, consoante analisarei mais a frente no curso do voto, a prova dos autos é robusta no sentido de que ao menos uma grande parcela dos clientes da PORTOCRED efetivamente não tinha conhecimento da transferência de recursos promovida em favor da Tour Export. Ainda que seja possível colocar em xeque a idoneidade de um ou outro investidor no caso concreto, o fato é que fraudes foram perpetradas, clientes restaram enganados, as autoridades controladoras do sistema financeiro nacional foram induzidas em erro, assim como informações inverídicas foram repassadas aos demais agentes do mercado.

Outra perspectiva trabalhada pela defesa diz respeito à extensão temporal do delito de gestão fraudulenta. Afirma que o próprio Juízo de primeiro grau reconheceu que as apropriações indébitas se encerraram em 28 de janeiro de 2005. Destarte, seria inviável manter a condenação os acusados pela prática do crime do art.

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010







**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

4º entre tal marco temporal e a data da deflagração da "Operação Ouro Verde", notadamente 12 de abril de 2007.

O argumento não goza de melhor sorte que os demais. O fato dos acusados terem sido condenados por apropriações indébitas praticadas até 28 de janeiro de 2005 não afasta a continuidade das fraudes na gestão da PORTOCRED. Como visto, após a transferência de valores para o caixa da Tour Export, os agentes mantinham em erro clientes, autoridades fiscalizadoras e os demais agentes do mercado. Tal conduta era diuturnamente perfectibilizada através da emissão de extratos fraudulentos que não gozavam qualquer lastro de investimentos reais na PORTOCRED, escrituração contábil ideologicamente falsa, omissão de informações dos gestores da instituição financeira, etc.. Nesse sentido, nenhum reparo a ser feito sobre a sentença quanto ao ponto.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso da defesa quanto ao ponto.

*3.3 Teses recursais de JOÃO QUIRINO.* Em relação à impossibilidade de coautoria em função da inexistência de vínculo formal entre JOÃO QUIRINO e PORTOCRED, remeto o leitor à análise da preliminar de ilegitimidade passiva. Nos termos do art. 30 do CP, as circunstâncias e elementares pessoais dos corréus, por serem de pleno conhecimento do apelante, a ele se comunicam.

Assim como JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS, o apelante JOÃO QUIRINO busca eximir-se de sua responsabilidade criminal afirmando que SILVANE atuou sozinha na prática das fraudes. A tese confronta com a prova dos autos.

Fabiano Goens e Adriana Regina Schunk de Souza, neste e em centenas de outros processos derivados da denominada "Operação Ouro Verde", foram categóricos ao afirmar que JOÃO QUIRINO participava ativamente das atividades ilícitas da Tour Export. Ademais, no curso de seu interrogatório, o réu admitiu expressamente ter laborado em favor da organização criminosa para concretização de operações de dólar-cabo. O fato de ter sido supostamente contratado para realização de uma atividade lícita (regularização jurídica e administrativa da empresa) em nada afasta a confissão de que, concretamente, atuou conjuntamente para o sucesso da empreitada delitiva.

SILVANE DALA SANTA foi categórica ao afirmar que JOÃO QUIRINO foi o agente responsável por contatá-la a primeira vez para realização da "migração" de carteiras de investimento em favor da Tour Export. Ato contínuo, esclareceu que o próprio JOÃO QUIRINO lhe acompanhou à casa de dois clientes com o intuito de convencê-los de que se tratava de uma mera imposição do Banco Central do Brasil. Um dos clientes referidos foi ouvido em Juízo, o advogado Ricardo Michelin, e confirmou a visita de SILVANE e JOÃO QUIRINO destinada a afirmar que a migração consistia em uma mera transferência de investimentos dentro do próprio âmbito da PORTOCRED.

Nada a reformar na sentença de origem quanto ao ponto.

*4. Apropriação indébita (art. 5º da Lei 7.492/86).* Novamente a materialidade delitiva foi apreciada com muita precisão pelo Juízo *a quo*:

*Embora tenham sido contabilizados 148 saques pela PORTOCRED S.A. como se fossem resgates de aplicações em letras de câmbio por ela emitidas, em contrapartida à saída de recursos de caixa ou de contas-correntes bancárias de sua titularidade, a despeito da inexistência de comprovação de autorização dos clientes ou de recibos por*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*eles firmados, não há como considerar que, em todos eles, ocorreu o desvio em proveito próprio ou alheio.*

*Isso porque não há provas da ausência de conhecimento e/ou autorização verbal dos clientes em relação a todos os saques contabilizados pelo Bacen.*

*Segundo quadro elaborado pelo Bacen, 25 clientes declararam não ter efetuado resgates de valores junto à Portocred (e. 1, Anexo 22, fl. 67). Assim, apenas em relação a esses 25 clientes é possível considerar a ocorrência de desvio.*

*Em 10 resgates, referentes a 8 aplicadores, concluiu o Bacen ter restado demonstrado o ingresso dos recursos em prol da instituição financeira clandestina (e. 1, Anexo 23, fls. 09/12). Desses 8 aplicadores, 6 declararam não ter efetuado os resgates. São eles os seguintes:*

*(i) Ademar Carpeggiani:*

*Conforme apurado pelo Bacen, Ademar Carpeggiani teve suas aplicações em letra de câmbio na Portocred, no montante de R\$ 210.494,68, integralmente resgatadas em 07/08/2002 e em 02 e 06/09/2002 (R\$ 50.000,00, R\$ 32.427,15 e R\$ 128.067,53, respectivamente), conforme cópia do cheque (e. 1, Anexo 23, fl. 22), recibo (e. 1, Anexo 23, fl. 24), boletos operacionais emitidos para pagamento (e. 1, Anexo 23, fls. 23 e 25), e o extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fl. 26). O resgate do dia 07/08/2002 atingiu o montante total de R\$ 176.239,46, porém, parcela de R\$ 126.239,46 foi reaplicada e resgatada definitivamente em 06/09/2002.*

*Extrato do banco clandestino (e. 1, Anexo 23, fl. 27) apresenta depósitos, nos mesmos valores resgatados, nos dias 03, 04 e 09/09/2002, em nome de 'LIS MAR', correspondente a Ademar Carpeggiani, conforme declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 82) e pelo advogado do aplicador (e. 1, Anexo 23, fl. 13).*

*Conforme microfilme do cheque 865488 (e. 1, Anexo 23, fl. 21), referente ao pagamento do valor de R\$ 50.000,00, emitido em 07/08/2002, o valor foi sacado em espécie no caixa do Banrisul, agência Caxias do Sul, em 07/08/2002, a assinatura de endosso no verso do cheque, atribuído ao aplicador, é diferente das contidas em documentos como carteira de identidade e CPF (e. 1, Anexo 23, fl. 16), da procuração outorgada a advogados (e. 1, Anexo 23, fls. 14/15), e do recibo dado em cópia do cheque fornecida pela Portocred (e. 1, Anexo 23, fl. 22). O operador de caixa do Banrisul não anotou o documento de identidade do sacador.*

*Apenas em relação ao resgate efetuado em 02/09/2002, no montante de R\$ 32.427,15, a Portocred apresentou recibo de quitação firmado pelo aplicador (e. 1, Anexo 23, fl. 24). O saque de R\$ 50.000,00 apresenta recibo no corpo da cópia do cheque (e. 1, Anexo 23, fl. 22). Em relação ao resgate ocorrido no dia 06/09/2002, não foi apresentado documento que o vincule ao aplicador.*

*Todos os resgates foram efetuados em espécie.*

*Como visto acima, Ademar Carpeggiani, em Juízo, reiterou que nunca autorizou ninguém a mexer em sua aplicação. Disse que recebeu a informação de que o investimento era diferenciado, mas que as garantias e os ganhos eram os mesmos, e que continuava na Portocred (e. 227, VIDEO1).*

*(ii) Elzira Margarida Peletti e Maria Carmen Peletti:*

*Conforme apurado pelo Bacen, Elzira Peletti teve sua aplicação em letra de câmbio na Portocred, no valor de R\$ 50.450,07, resgatada integralmente em 11/02/2003, conforme cópias dos cheques emitidos para pagamento (e. 1, Anexo 23, fls. 39/40) e extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fl. 44).*

*Extrato do banco paralelo (e. 1, Anexo 23, fl. 45) apresenta depósito no mesmo valor no dia seguinte, em nome de 'LIS EM PELETTI', identificação codificada de Elzira Peletti, de acordo com declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 80) e pelo advogado da aplicadora (e. 1, Anexo 23, fl. 33).*

*Maria Carmen Peletti, irmã de Elzira Peletti, teve a aplicação na Portocred resgatada também no dia 11/02/2003, no montante de R\$ 12.563,11, conforme cópia do cheque emitida para pagamento (e. 1, Anexo 23, fl. 63) e extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fls. 61/62).*

*Extrato do banco paralelo em nome de 'LIS MC PELETTI' (e. 1, Anexo 23, fl. 64), identificação codificada de Maria Carmen Peletti, de acordo com declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 82) e pelo advogado da aplicadora (e. 1, Anexo 23, fl. 55), registra aplicação a partir do dia 01/05/2003, com saldo inicial de*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

R\$ 13.059,27, valor que equivale à projeção dos rendimentos à taxa da época, constantes no extrato, sobre o montante resgatado (e. 1, Anexo 23, fl. 70).

Microfilmes dos cheques 520032, 520033 e 520034, apresentados pelo Banrisul (e. 1, Anexo 23, fls. 37/38), demonstram que os saques foram realizados em espécie no caixa da agência Caxias do Sul/RS, em 12/02/2003, embora a Portocred tenha preenchido como data de emissão 13/12/2003. Nas cópias dos cheques anexadas à contabilidade da Financeira, a data de emissão é 11/02/2003 (e. 1, Anexo 23, fls. 39/40).

Os endossos no verso dos cheques 520033 e 520034 (e. 1, Anexo 23, fls. 37/38), atribuídos a Elzira Peletti, apresentam diferenças grafotécnicas em relação ao documento de identidade e ao CPF (e. 1, Anexo 23, fl. 36), bem como em relação à procuração outorgada a advogados (e. 1, Anexo 23, fls. 34/35).

O endosso atribuído a Maria Carmen Peletti no cheque 520032 (e. 1, Anexo 23, fl. 38), além de apresentar diferenças grafotécnicas em relação ao documento de identidade, CPF (e. 1, Anexo 23, fl. 58) e procuração outorgada a advogados (e. 1, Anexo 23, fls. 56/57), apresenta erros de grafia: 'Carmem' ao invés de Carmen, e 'Peleti' ao invés de Peletti.

O número do documento identificador da sacadora, supostamente preenchido pelo operador de caixa do Banrisul nos cheques 520033 e 520034, nominais a Elzira, correspondem ao CPF de Maria Carmen (e. 1, Anexo 23, fl. 58).

Não foi apresentado qualquer recibo de quitação, firmado pelas aplicadoras, pela Portocred.

A Portocred informou ao Banco Central, em 29/06/2007, que Elzira e Maria Carmen mantiveram contato com a instituição para resgate de suas aplicações (e. 1, Anexo 23, fl. 75), o que foi confirmado pela correspondência datada de 27/11/2007, encaminhada por seus advogados (e. 1, Anexo 225, fls. 03/04).

Elzira Margarida Peletti, perante a autoridade policial, declarou que jamais autorizou os saques de sua conta, e que não teve conhecimento da transferência de valores para instituição financeira paralela. Disse que sempre achou que seus valores encontravam-se na Portocred (e. 1, INQ2, fl. 199).

Maria Carmen Peletti, em Juízo, confirmou ter recebido a informação da Portocred de que não teria mais valores investidos. Disse que não autorizou o resgate. Disse contudo lembrar ter retirado um valor de 12 mil reais para colocar em um banco. Não assinou recibo. Negou ser sua a assinatura aposta no verso do cheque 520032, e que a grafia está incorreta (e. 231, VIDEO4).

Embora o saque referente a Maria Carmen Peletti tenha sido efetuado mediante falsificação da assinatura da aplicadora, como endossante, não há como considerar que ocorreu o desvio, uma vez que a investidora referiu ter lembrado ter efetuado um saque em valor aproximado, para colocar em um banco. Na dívida, portanto, há que se considerar que houve autorização para a transferência do valor.

(iii) Geraldo Alexandre Guerra:

Conforme apurado pelo Bacen, Geraldo Guerra teve sua aplicação em letra de câmbio da Portocred, no montante de R\$ 10.753,00, integralmente resgatada em 26/02/2004, conforme cópia do cheque (e. 1, Anexo 23, fl. 88) e extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fls. 90/91).

Extrato do banco paralelo (e. 1, Anexo 23, fl. 92), em nome de 'LIS G GUERRA', identificação codificada de Geraldo Guerra, consoante declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 81) e pelo advogado do aplicador (e. 1, Anexo 23, fl. 82), registra aplicação a partir do dia 01/11/2005, com saldo inicial de R\$ 14.285,52, valor que equivale à projeção dos rendimentos à taxa da época, constantes no extrato, sobre o montante resgatado (e. 1, Anexo 23, fl. 89).

Microfilme do cheque 429829, emitido em 26/02/2004, apresentado pelo Banrisul (e. 1, Anexo 23, fl. 87), demonstra que o cheque foi sacado em espécie no caixa da agência Caxias do Sul/RS em 26/02/2004. O endosso no verso, atribuído ao aplicador, apresenta diferença grafotécnica em relação ao documento de identidade (e. 1, Anexo 23, fl. 85) e à procuração outorgada a advogados (e. 1, Anexo 23, fls. 83/84). No verso do cheque consta o nome 'Osvil José Folchini' e o RG '1017653401', sem a indicação clara de tratar-se do beneficiário do valor sacado. Osvil José Folchini também foi aplicador da Portocred e beneficiário de diversos outros cheques emitidos para pagamento de resgate de aplicações na Financeira.

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*Embora o cheque tenha sido emitido nominal a Geraldo A. Guerra ou Portocred, a cópia do cheque aponta somente o aplicador como beneficiário (e. 1, Anexo 23, fl. 88). Não foi apresentado recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate.*

*Em Juízo, Geraldo Alexandre Guerra negou ser sua a assinatura aposta no verso do cheque 429829 (e. 1, Anexo 23, fl. 87), afirmando que não sacou tal valor. Disse que não assinava recibo, porque confiava em SILVANE. Recebeu judicialmente somente 30% do valor aplicado, em acordo efetuado com a Portocred (e. 231, VIDEO3).*

*(iv) Ricardo André Michelin:*

*Apurou o Bacen que Ricardo Michelin teve a aplicação em letra de câmbio da Portocred, no montante de R\$ 46.800,20, integralmente resgatada em 24 e 28/03/2003, e em 02/04/2003 (R\$ 32.419,65, R\$ 4.080,55 e R\$ 10.300,00, respectivamente), conforme cópias dos cheques (e. 1, Anexo 23, fls. 103, 109 e 110) e o extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fl. 101).*

*Extrato do banco paralelo (e. 1, Anexo 23, fl. 99) apresenta depósito de R\$ 10.300,00 no dia 02/04/2003, em nome de 'LIS RAM', identificação codificada de Ricardo André Michelin, consoante declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 82) e pelo advogado do aplicador (e. 1, Anexo 23, fl. 93).*

*Microfilme do cheque 687640, referente ao pagamento do valor de R\$ 10.300,00 (e. 1, Anexo 23, fl. 98), demonstra que o montante foi sacado em espécie no caixa do Banrisul, agência Caxias do Sul/RS. O endosso no verso, atribuído ao aplicador, apresenta diferença grafotécnica em relação ao documento de identidade (e. 1, Anexo 23, fl. 97), à procuração outorgada a advogados (e. 1, Anexo 23, fls. 94/95) e ao recibo dado na cópia do cheque 687619 (e. 1, Anexo 23, fl. 110), embora o número do documento identificador do sacador, supostamente anotado pelo operador de caixa do Banrisul, corresponda ao do documento de identidade do aplicador.*

*Microfilmes dos cheques 687606 e 687619, referentes aos pagamentos de R\$ 32.419,65 e R\$ 4.080,55 (e. 1, Anexo 23, fls. 107/108), demonstram que os valores foram sacados em espécie no caixa do Banrisul, agência Caxias do Sul/RS, na data da emissão. Os endossos no verso, atribuídos ao aplicador, apresentam diferenças grafotécnicas entre si e em relação a toda documentação referente ao aplicador (e. 1, Anexo 23, fls. 94/95, 97 e 110). O cheque 687606, emitido em 24/03/2003 nominativo ao aplicador, apresenta inscrição que indica TED para a conta 40096, agência 3535, do Banco do Brasil (e. 1, Anexo 23, fl. 107).*

*Apenas em relação ao resgate ocorrido em 28/03/2003 a Portocred apresentou recibo, consubstanciado na suposta assinatura do aplicador na cópia do cheque (e. 1, Anexo 23, fl. 110).*

*Em Juízo, Ricardo Michelin disse ter sido informado que as letras de câmbio seriam aplicadas de outra forma. Negou serem suas as assinaturas apostas no verso do cheque 687640 (e. 1, Anexo 23, fl. 98), e dos cheques 687606 e 687619 (e. 1, Anexo 23, fls. 107 e 108). Negou, ainda, ser sua a assinatura aposta na cópia do cheque 687619 (e. 1, Anexo 23, fl. 110) (e. 231, VIDEO1).*

*(v) Patrícia Amoretti:*

*Conforme apurou o Bacen, Patrícia Amoretti teve a aplicação em letra de câmbio na Portocred, no montante de R\$ 18.207,00, integralmente resgatada em 19/03/2003, conforme cópia do cheque (e. 1, Anexo 23, fl. 130) e extrato de aplicação (e. 1, Anexo 23, fl. 128).*

*Extrato do banco paralelo (e. 1, Anexo 23, fls. 139/140) apresenta depósito de valor idêntico no mesmo dia do resgate, em nome de 'LIS P AMORETTI', identificação codificada de Patrícia Amoretti, consoante declarações prestadas por SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 82).*

*Microfilme do cheque 687594 (e. 1, Anexo 23, fl. 141), emitido em 19/03/2003, demonstra que o valor foi sacado em espécie diretamente no caixa do Banrisul, agência de Caxias do Sul/RS, na data da emissão. O operador de caixa não anotou o número do documento identificador do sacador. Não há endosso no cheque.*

*A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente a aplicadora ao resgate.*

*Como exposto acima, apurou o Bacen, ainda, a captação de recursos em nome da Portocred sem que os valores tivessem ingressado na contabilidade da instituição financeira. Conforme quadro anexo ao Relatório Sucinto (e. 1, Anexo 25, fl. 46), no*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*período de 07/03/2003 a 20/12/2004, foram captados R\$ 226.594,00 de 7 aplicadores. Desses 7 clientes, 6 reclamaram créditos perante a Portocred:*

*(i) Angelina Maria Rigon Balconi: conforme recibo com timbre da Portocred (e. 1, Anexo 25, fl. 47), a investidora aplicou R\$ 20.000,00 em 13/06/2003. O recibo foi assinado por SILVANE.*

*O nome de Angelina Maria Balconi constou na relação de nomes de clientes cujas aplicações teriam sido migradas para a 'carteira B da Portocred', assim chamada a carteira gerida junto ao banco paralelo, que foi apresentada por SILVANE à Polícia Federal (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14). Corresponde ao nome da aplicadora a conta 'LIS ANG RIGON', mantida junto à Tour Export, conforme informação prestada por SILVANE à autoridade policial (e. 1, Anexo 22, fl. 79);*

*(ii) Carlos Esteban de Lucchi: conforme recibos com timbre e/ou carimbo da Portocred (e. 1, Anexo 25, fls. 48/50), nas datas de 07/03/2003, 03/05/2004, 10/05/2004, e em 20/12/2004, o investidor aplicou os valores de R\$ 2.500,00, R\$ 3.150,00, R\$ 1.590,00, R\$ 2.750,00 e R\$ 6.250,00, respectivamente. Consta em 4 recibos a referência à conta 'LIS SANCAR', correspondente ao investidor, de acordo com informação prestada por SILVANE à autoridade policial (e. 1, Anexo 22, fl. 79). Os recibos foram assinados por SILVANE.*

*O nome de Carlos Esteban de Lucchi constou na relação de nomes de clientes cujas aplicações teriam sido migradas para a 'carteira B da Portocred', assim chamada a carteira gerida junto ao banco paralelo, que foi apresentada por SILVANE à Polícia Federal (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14). Corresponde ao nome do aplicador a conta 'LIS SANCAR', mantida junto à Tour Export, conforme informação prestada por SILVANE à autoridade policial (e. 1, Anexo 22, fl. 79);*

*(iii) José Renato Ribeiro Soares: conforme recibo com timbre da Portocred (e. 1, Anexo 25, fl. 51), o investidor aplicou R\$ 30.200,00 em 26/08/2004. No recibo consta referência à conta 'LIS/RIBEIRO'. O recibo foi assinado por SILVANE;*

*(iv) Maria Carmen Peletti: conforme recibos com timbre da Portocred (e. 1, Anexo 25, fl. 53), a investidora aplicou R\$ 7.000,00, em 28/01/2004, e R\$ 5.154,00, em 22/07/2004. Um recibo foi assinado por Ricardo Rimolo, e o outro, por SILVANE.*

*O nome de Maria Carmen Peletti constou na relação de nomes de clientes cujas aplicações teriam sido migradas para a 'carteira B da Portocred', assim chamada a carteira gerida junto ao banco paralelo, que foi apresentada por SILVANE à Polícia Federal (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14). Corresponde ao nome da aplicadora a conta 'LIS MC PELETTI', mantida junto à Tour Export, conforme informação prestada por SILVANE à autoridade policial (e. 1, Anexo 22, fl. 82);*

*(v) Natalino Geremia: conforme recibo com timbre da Portocred (e. 1, Anexo 25, fl. 54), o investidor aplicou R\$ 25.000,00 em 15/07/2003. O recibo foi assinado por SILVANE.*

*Corresponde ao nome do aplicador a conta 'LIS N GEREMIAS', mantida junto à Tour Export, conforme informação prestada por SILVANE à autoridade policial (e. 1, Anexo 22, fl. 82);*

*(vi) Vitorino Dalpicolli: conforme recibo com timbre da Portocred (e. 1, Anexo 25, fl. 55), o investidor aplicou R\$ 100.000,00 em 04/11/2004. No recibo consta referência à conta 'LIS DALL', correspondente ao aplicador, conforme informação prestada por SILVANE à autoridade policial (e. 1, Anexo 22, fl. 80). O recibo foi assinado por SILVANE.*

*A Portocred declarou que as aplicações citadas não ingressaram em sua contabilidade (e. 1, Anexo 25, fls. 63 e 74/75).*

*Restou apurado ainda pela autoridade policial, conforme exposto acima, a relação existente entre saques efetuados perante a conta do Banrisul pertencente à Portocred, em Caxias do Sul/RS, e o transporte de valores com destino à Tour Export, em Porto Alegre/RS (e. 1, INQ2, fls. 157/159):*

*(vide tabela da sentença, evento 340)*

*Dos aplicadores referidos no quadro, Elzira Peletti, Maria Carmen Peletti, Eduardo Dalpicolli, Miguel Dalpicolli e Victorino Dalpicolli reclamaram créditos perante a Portocred.*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*Em relação a Eduardo Dalpicolli, apurou o Bacen a existência de incompatibilidade de beneficiários indicados na cópia dos cheques 627.290, 627.291 e 627.292, nos valores de R\$ 30.000,00, R\$ 30.000,00 e R\$ 27.870,00, todos datados de 28/01/2005, e nos documentos microfilmados apresentados pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia dos cheques constou como beneficiário o aplicador, nos cheques constou como beneficiários o aplicador e SILVANE (e. 1, Anexo 22, fls. 129 e 149). A própria SILVANE teria efetuado os saques junto ao Banrisul.*

*A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate. Também quanto a Miguel Dalpicolli apurou o Bacen a existência de incompatibilidade de beneficiários indicados na cópia dos cheques 627.293, 627.294 e 627.295, nos valores de R\$ 30.000,00, R\$ 30.000,00 e R\$ 28.035,00, todos datados de 28/01/2005, e nos documentos microfilmados apresentados pelo Banrisul (e. 1, Anexo 22, fl. 107). Enquanto na cópia dos cheques constou como beneficiário o aplicador, nos cheques constou como beneficiários o aplicador e Osvil José Folchini, funcionário de SILVANE (e. 1, Anexo 22, fls. 158/159). O próprio Osvil José Folchini teria efetuado os saques junto ao Banrisul.*

*A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate. Quanto a Vitorino Dalpicolli, igualmente apurou o Bacen a existência de incompatibilidade de beneficiários indicados na cópia dos cheques: enquanto na cópia dos cheques 627.296 e 627.297, nos valores de R\$ 30.000,00 e de R\$ 6.235,00, ambos datados de 28/01/05, constou como beneficiário o aplicador, nos cheques constou como beneficiário o aplicador e Maria Cesarina dos Reis, funcionária de SILVANE (e. 1, Anexo 22, fl. 159, e Anexo 23, fl. 06). A própria Maria Cesarina dos Reis teria efetuado os saques junto ao Banrisul.*

*A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente a aplicadora ao resgate. O nome de Elzira Peletti constou na relação de nomes de clientes cujas aplicações teriam sido migradas para a 'carteira B da Portocred', assim chamada a carteira gerida junto ao banco paralelo, que foi apresentada por SILVANE à Polícia Federal (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14). Corresponde ao nome da aplicadora a conta 'LIS EM PELETTI', mantida junto à Tour Export, conforme informação prestada por SILVANE à autoridade policial (e. 1, Anexo 22, fl. 80).*

*O nome de Miguel Dalpicolli constou na relação de nomes de clientes cujas aplicações teriam sido migradas para a 'carteira B da Portocred', assim chamada a carteira gerida junto ao banco paralelo, que foi apresentada por SILVANE à Polícia Federal (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14).*

*Por fim, é possível considerar que houve desvio em relação aos seguintes aplicadores que reclamaram créditos perante a Portocred, em cujos saques foram apuradas irregularidades pelo Bacen:*

*(i) Darci José Vist: o boleto operacional demonstrativo de pagamento em espécie no valor de R\$ 21.337,00, datado de 21/11/2002, que teria sido efetuado ao investidor a título de resgate, apresenta como local de pagamento a expressão 'aqui' (Caxias do Sul), mas o documento foi rubricado por Tomaz Fernando Silveira Hinrichsen (e. 1, Anexo 24, fl. 79), gerente financeiro que sempre trabalhou na representação da Portocred em Porto Alegre (e. 1, Anexo 22, fl. 9).*

*A Portocred apresentou apenas declaração assinada por SILVANE afirmando que o investidor teria recebido os recursos, constando também assinatura supostamente atribuída ao aplicador (e. 1, Anexo 24, fl. 81).*

*(ii) Ana Marta Basso Carpeggiani: teria ocorrido um pagamento em espécie no valor de R\$ 6.957,66, realizado em 06/09/2002, sem que tenha sido fornecido pela Portocred recibo atestando o recebimento por parte da aplicadora. A Portocred forneceu ao Bacen apenas boleto operacional de uso interno em que consta o registro da operação (e. 1, Anexo 26, fl. 72).*

*(iii) Fabiano Marcos Gobeti Canali: teria ocorrido um pagamento em espécie no valor de R\$ 19.624,71, realizado em 19/12/2002, sem que tenha sido fornecido pela Portocred recibo atestando o recebimento por parte do aplicador. A Portocred forneceu ao Bacen apenas declaração de SILVANE de que teria entregue o valor ao aplicador. No documento há assinatura supostamente atribuída ao aplicador, distinta, porém, da carta enviada por ele à Portocred (e. 1, Anexo 26, fl. 72, e Anexo 24, fl. 94).*

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

(iv) Carlos Esteban Delucchi: cheque 520014, sacado em espécie em 03/02/2003, no valor de R\$ 5.513,52, com endosso diferente da assinatura do aplicador constante em documento de identidade e procuração outorgada a advogado (e. 1, Anexo 22, fl. 125, e Anexo 25, fls. 122/124).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate;

(v) Lery José Michelin: cheque 444639, sacado em espécie em 19/02/2002, no valor de R\$ 25.000,00, com endosso diferente do documento de identidade e procuração, bem como do recibo (e. 1, Anexo 22, fl. 146, Anexo 24, fl. 114, e Anexo 25, fls. 119/121).

Ainda no que diz respeito a Lery José Michelin, o boleto operacional demonstrativo de pagamento em espécie no valor de R\$ 34.600,00, datado de 25/11/2002, que teria sido efetuado ao investidor para 'recompra', apresenta como local de pagamento a expressão 'aqui' (Caxias do Sul), mas o documento foi rubricado por Tomaz Fernando Silveira Hinrichsen (e. 1, Anexo 24, fl. 116), gerente financeiro que sempre trabalhou na representação da Portocred em Porto Alegre (e. 1, Anexo 22, fl. 9).

A Portocred não apresentou recibo relativo ao pagamento em espécie, apenas o boleto operacional de uso interno acima citado (e. 1, Anexo 26, fl. 72). Quanto ao resgate efetuado por meio de cheque, apresentou apenas a cópia do cheque, supostamente assinada pelo aplicador (e. 1, Anexo 24, fl. 114).

Lery José Michelin declarou perante a autoridade policial que aplicava na Portocred junto com SILVANE há cerca de 10 anos e que a conta tinha o nome de 'CABEÇAÇÃO'. Disse que não teve conhecimento do resgate de valores e nem autorizou a movimentação. Acrescentou que SILVANE lhe apresentava extratos, e que realizava depósitos e saques como se os valores estivessem investidos na Portocred (e. 1, INQ2, fl. 192);

(vi) Luiza Elvira Cambruzzi Tedesco: enquanto na cópia do cheque 427.646, no valor de R\$ 4.278,00, datado de 05/02/2004, constou como beneficiária a aplicadora, no cheque constou como beneficiários a aplicadora e a Portocred (e. 1, Anexo 22, fl. 155).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente a aplicadora ao resgate;

(vii) Cléia Luiza Pizzetti: foram efetuados resgates mediante os cheques 634.726 e 634.727, nos valores de R\$ 15.000,00 e R\$ 17.357,27, ambos datados de 24/06/2003. Os valores foram sacados em espécie. Embora os cheques fossem nominais à aplicadora, o número de identificação no endosso não corresponde ao RG da investidora (e. 1, Anexo 22, fls. 51/65 e 127);

(viii) Natalino Geremia: foi efetuado resgate mediante o cheque 605.858, no valor de R\$ 20.250,00, datado de 14/04/2003. O valor foi sacado em espécie. Embora o cheque fosse nominal ao aplicador, o número de identificação no endosso não corresponde ao RG ou CPF do investidor (e. 1, Anexo 22, fls. 51/65 e 127).

(ix) Vilceu José Paim da Silva: foi efetuado resgate mediante o cheque 676.017, no valor de R\$ 17.827,28, datado de 06/09/2002. O valor foi sacado em espécie. Não foi possível identificar o signatário do cheque e do endosso (e. 1, Anexo 22, fls. 51/65, e Anexo 23, fl. 05).

A Portocred não apresentou recibo que vincule diretamente o aplicador ao resgate;

(x) João Miguel Muratore: foi efetuado resgate mediante o cheque 605.840, no valor de R\$ 10.539,00, datado de 28/05/2003. O valor foi sacado em espécie. Embora o cheque fosse nominal ao aplicador, o número de identificação no endosso não corresponde ao RG do investidor. Além disso, a assinatura do endossante não corresponde àquela aposta na ficha cadastral e no recibo dado em cópia do cheque fornecida pela Portocred. A assinatura aposta na cópia do cheque corresponde à da ficha cadastral (e. 1, Anexo 22, fls. 51/65, e 130, e Anexo 26, fl. 21).

Embora alguns dos aplicadores tenham assinado documentos, como cópias de cheques e recibos, pensavam que se tratava de nova aplicação dentro da Portocred, conforme depoimento prestado por SILVANE em Juízo (e. 263, VIDEO2 e 3).

Além das pessoas acima referidas, alegaram não terem efetuado resgates junto à Portocred as seguintes (e. 1, Anexo 22, fl. 67): Luiz Dalpicolli Neto, Sabrina Maria Storchi Michelin e Simone Geremia. Não foi encontrada, contudo, correspondência entre esses nomes e contas mantidas junto à instituição financeira paralela (e. 1, Anexo 4, fls. 08/14, e Anexo 22, fls. 78/82).

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

*Em síntese, pode-se afirmar que foram desviados em favor da Tour Export, sem o conhecimento ou a autorização dos clientes para que os valores fossem retirados da Portocred, os seguintes montantes:*

*(vide tabela da sentença, evento 340)*

*Total: R\$ 950.723,39 (novecentos e cinquenta mil setecentos e vinte e três reais e trinta e nove centavos).*

Como se vê, a materialidade relativa à apropriação indébita de R\$ 950.723,39 restou comprovada acima de qualquer dúvida razoável. Sempre que ocorreu alguma inconsistência capaz de gerar dúvida em favor da defesa, seja quanto a apropriação em si, seja quanto ao pleno conhecimento do "investidor" acerca da transferência, houve absolvição dos réus.

Nada a reparar na sentença quanto ao ponto.

*4.1 Teses recursais de SILVANE DALA SANTA.* Sobre o tema, SILVANE afirmou "não ter restado comprovado o dolo da acusada em desviar os valores em proveito próprio ou alheio".

Quanto à adesão voluntária e consciente de SILVANE DALA SANTA à prática delitiva, remeto o leitor ao tópico 3.1 do presente voto. Nesse contexto, não há sustentação probatória a versão defensiva de que a recorrente teria sido meramente induzida em erro por JOÃO QUIRINO e JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS. A apelante não apenas atuou de forma substancial de modo a permitir a apropriação indevida de recursos de terceiro, como obteve substancial elevação de sua remuneração por conta da prática.

Ante o exposto, tenho que o dolo da ré restou cabalmente comprovado ao longo da instrução.

*4.2 Teses recursais de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS.* A maior parcela das teses defensivas já foi devidamente abordada no curso do tópico 3.2 do presente voto. Não obstante, JOSÉ ALEXANDRE afirma que os clientes da PORTOCRED tinham ciência de que os recursos estavam sendo transferidos para "mercado paralelo" da Tour Export e que, portanto, não haveria como falar na consumação do crime de "apropriação indébita".

Conforme deflui da leitura da análise da materialidade delitiva, o Juízo *a quo* acolheu a denúncia de apropriação indébita apenas naqueles casos em que, inequivocamente, a operação financeira se deu à margem do conhecimento do investidor. Dos três milhões e meio descritos na inicial acusatória, a magistrada reconheceu o crime para aproximadamente apenas R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). Quanto a essa porção da condenação, a tese defensiva resta completamente esvaziada, seja porque há confirmação de que houve falsificação das assinaturas dos supostos beneficiários, seja porque há comprovação de que os valores foram transportados para a Tour Export por intermédio de carro-forte, seja porque a PORTOCRED não detém qualquer documento comprobatório de que os recursos foram entregues ao seu legítimo destinatário. Acrescente-se a isso a confissão de SILVANE DALA SANTA, a qual admitiu que os cheques referidos na sentença de primeiro grau não foram firmados pelos verdadeiros investidores, mas pela própria ré.

A defesa trouxe debate específico em relação ao investidor Ricardo André Michelin, ouvido como testemunha no curso da presente ação criminal. No bojo do evento 76 foi juntado áudio de interceptação telefônica, judicialmente autorizada, retratando diálogo travado entre o referido sujeito e SILVANE DALA SANTA à época dos fatos. Há na conversa uma série de indicativos de falta de idoneidade de Ricardo

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010







**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Michelon, o qual menciona a possibilidade de indicar um amigo para "negociar dólar", assim como sua pretensão de "esquentar dinheiro" adquirindo um imóvel em leilão judicial utilizando uma "laranjinha".

Efetivamente há indícios relevantes de que Ricardo André Michelin tenha empreendido negociações espúrias direta e voluntariamente com a Tour Export. Não obstante, reitero que a condenação pelo crime do art. 5º da Lei 7.492/86 contida na sentença de primeiro grau foi extremamente criteriosa e somente levou em considerações movimentações que manifestamente se deram sem o conhecimento do "investidor" da PORTOCRED. Ainda que parte das relações de Ricardo com os réus fosse de verdadeira "parceria" na empreitada criminosa, o fato é que especificamente os saques descritos na sentença condenatória foram realizados pelos acusados sem a autorização da testemunha. Houve, por conseguinte, apropriação indébita de recursos em tais hipóteses.

Nego provimento ao apelo quanto ao ponto.

4.3 *Teses recursais de JOÃO QUIRINO.* A defesa de JOÃO não traz qualquer tese específica em relação ao crime de apropriação indébita. Todas as questões atinentes a uma suposta ilegitimidade passiva *ad causam* ou autoria exclusiva de SILVANE DALA SANTA foram trabalhadas nos tópicos antecedentes.

## 5. Dosimetria.

### 5.1 SILVANE DALA SANTA.

*Crime do art. 4º da Lei 7.492/86.* Na primeira etapa da dosimetria, o Juízo reconheceu duas circunstâncias negativas, notadamente as consequências do crime e suas circunstâncias. As circunstâncias foram valoradas em detrimento dos interesses da ré, porquanto o crime foi praticado por período de tempo expressivo (2002 a 2007), envolvendo 50 aplicadores e induzindo em erro não apenas tais sujeitos, mas também a fiscalização. Em relação às consequências, salientou-se que a PORTOCRED teve que responder pelos valores desviados dos clientes, o que também implicaria afastamento da pena-base do mínimo legal.

Quanto ao ponto, não vejo nenhum reparo a ser feito na sentença de origem. Todos os argumentos utilizados, diferentemente do que pretende fazer crer a defesa, não constituem elementos inerentes ao tipo penal. A gestão fraudulenta de instituição financeira não pressupõe grande número de lesados, prejuízos materiais (pois pode ser afetada apenas a credibilidade da entidade), assim como não reclama larga temporalidade. Destarte, adequados os argumentos utilizados pelo Juízo *a quo* para fins de exasperação da pena-base e seu estabelecimento em 04 anos de reclusão.

Na segunda etapa da dosimetria não foram aplicadas quaisquer agravantes ou atenuantes. A defesa, em contrapartida, busca a incidência da atenuante do art. 65, III, *d*, do CP (confissão). A pretensão não pode ser acolhida.

Consoante fiz consignar quando tratei do tema da inexistente "colaboração premiada" realizada por SILVANE, entendo que o benefício da Lei 9.807/99 sequer deveria ter sido a ela concedida. Não obstante, o Juízo de origem outorgou tal substancial redução de pena e, justamente em decorrência de tal medida, afastou a incidência da atenuante da confissão. Diante da impossibilidade de reformar a sentença para prejudicar a acusada, aplicando-se tão somente a regra do art. 65, III, *d*, do CP, entendo que deve ser mantida a redução na terceira etapa do cálculo da pena, mas sem aplicação de qualquer benesse a título de "confissão", sob pena de indevida duplicidade de redução da pena fundada em um mesmo argumento.

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Por fim, em relação à redução de pena do art. 14 da Lei nº 9.807/99, as partes requerem a elevação de sua fração de 1/3 para 2/3. Reitero que, no entendimento deste relator, a redução da pena sob tal fundamento era indevida no caso concreto. Embora a ré tenha contribuído no curso da investigação e da instrução através de seus depoimentos, a prova documental já era absolutamente robusta e apta a demonstrar as movimentações espúrias. A acusada apenas confessou aquilo que era inegável, inclusive tentando eximir-se de responsabilização penal imputando toda a conduta aos corréus. Destarte, não há como majorar o já substancial benefício auferido pela ré.

Ante o exposto, mantenho incólume a pena privativa de liberdade em **02 anos e 08 meses de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, e a pena de multa em 10 dias-multa, à razão de ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente em abril de 2007**, data do término da atividade delitiva.

*Crime do art. 5º da Lei 7.492/86.* Também em relação ao presente delito foram reconhecidas duas circunstâncias negativas na primeira etapa da dosimetria. As circunstâncias, pois os desvios envolveram pelo menos 20 clientes da PORTOCRED, os quais tinham confiança em SILVANE, conforme depoimentos prestados em Juízo (e. 227, VIDEO1, e. 231, VIDEO1, VIDEO2, VIDEO3, e VIDEO4), bem como por conta do montante de pelo menos R\$ 950.723,39. A negatização das consequências derivou do fato da PORTOCRED ter tido de suportar o prejuízo em face dos clientes ludibriados. As demais vetoriais foram consideradas neutras.

Novamente não verifico quaisquer motivos, fáticos ou jurídicos, aptos a modificar a dosimetria da pena nessa primeira etapa. Os argumentos utilizados não constituem elementos inerentes ao tipo penal e demonstram, validamente, as razões pelas quais a apelante deve receber uma reprimenda penal acima do patamar mínimo. Mantida a pena-base em 02 anos e 06 meses de reclusão

Em relação às agravantes, atenuantes e a causa de diminuição de pena, aplicam-se integralmente as razões lançadas no tópico anterior ao presente delito, o que redundará na redução da pena em 1/3 totalizando 01 ano e 08 meses de reclusão.

Aplicar-se-ia, na atual etapa da dosimetria, a regra da continuidade delitiva em função do reconhecimento de 41 crimes de apropriação indébita, os quais, pelas circunstâncias de tempo, lugar e modo de execução, podem ser havidos como em continuidade delitiva (art. 71 do CP). Não obstante, consoante dita a Súmula 497 do Supremo Tribunal Federal, deve ser analisada a prescrição antes da incidência do mencionado aumento de pena.

Pois bem, nos termos do art. 109, V, do CP, incide sobre a espécie o prazo prescricional de 04 anos. Considerando que os fatos ocorreram antes da edição da Lei 12.234/10, é preciso averiguar se houve o transcurso de tal lapso temporal entre a data dos fatos e o recebimento da denúncia. O encerramento das apropriações indébitas ocorreu no ano de 2005, enquanto a peça inicial acusatória somente veio a ser recebida pelo Juízo *a quo* em 05/04/2013. Deste modo, deve ser declarada extinta a punibilidade de SILVANE DALA SANTA, forte no art. 107, IV, do CP, quanto ao crime de apropriação indébita tipificado no art. 5º da Lei 7.492/86.

*Substituição da pena privativa de liberdade.*

Mantenho a substituição da pena privativa de liberdade ainda hígida (02 anos e 08 meses de reclusão) por prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, na forma dos arts. 43, 44, inc. I, § 2º, e 59, inc. IV, do CP, e por prestação pecuniária de 10 salários-mínimos (art. 45, §1º, do CP), a serem recolhidos em favor de instituições de cunho social, determinadas em execução. Saliento que o valor estabelecido mostra-se congruente com a capacidade econômica da ré (rendimentos

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

mensais na ordem de R\$ 2.000,00 - dois mil reais) não tendo a defesa trazido qualquer elemento apto a infirmar tal conclusão.

**5.2 JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS.**

*Crime do art. 4º da Lei 7.492/86.* Assim se manifestou o Juízo *a quo* acerca das circunstâncias judiciais relativas ao delito de gestão fraudulenta cometido por JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS: "A culpabilidade é elevada, uma vez que o réu, por ocasião dos fatos, já estava sendo investigado penal e administrativamente por manter aplicações de clientes à margem da instituição financeira regular. O réu não registra antecedentes (e. 316). A conduta social foi abonada por testemunhas. Não há elementos para aferir a personalidade. Os motivos são inerentes ao tipo. As circunstâncias são negativas. O crime foi praticado em período expressivo (2002 a 2007), envolvendo por volta de 50 aplicadores. A prática delitiva induziu em erro não apenas aplicadores, mas também a fiscalização. Foram apuradas consequências, uma vez que a Portocred teve que responder pelos valores dos clientes enganados em Juízo. Não há relevância no comportamento da vítima. Considerando as circunstâncias, estabeleço a pena-base em 4 anos e 6 meses de reclusão".

Diferentemente do que pretende fazer crer a defesa, entendo que a fundamentação utilizada para considerar negativa a culpabilidade do agente não está a violar o princípio da presunção de inocência. Isso porque a exasperação da pena não se deu tão somente pelo fato de JOSÉ ALEXANDRE estar sendo investigado, mas pela intensidade de seu dolo de agir que tal constatação revela. A despeito de haver fiscalização do Banco Central do Brasil e investigação criminal em andamento, o acusado persistiu na prática criminosa que foi comprovada no presente feito. Perceba-se que é irrelevante a culpa ou inocência do réu no que tange àqueles procedimentos em curso, mas sim a constatação de que, ciente de que suas condutas estavam sob análise, perseverou na prática criminosa de gerir fraudulentamente a instituição financeira e de se apoderar de recursos que não lhe pertenciam. A intensidade de seu dolo de agir revela-se muito mais elevada do que a ordinária e, portanto, a majoração de sua pena por conta da culpabilidade é adequada.

Quanto às circunstâncias e consequências do crime, valho-me das razões já adotadas quando da dosimetria da pena de SILVANE DALA SANTA. O longo período das fraudes, o número de investidores prejudicados, assim como o repasse do prejuízo à PORTOCRED não são elementos inerentes ao tipo penal e, por conseguinte, foram adequadamente considerados para estabelecimento da reprimenda penal.

Ponto controvertido por ambos os litigantes diz respeito ao *quantum* de aumento aplicável em decorrência do reconhecimento de cada uma das circunstâncias judiciais negativas. A defesa entende que o apenamento foi demasiadamente gravoso, enquanto o Ministério Público Federal busca que este seja majorado a partir da aplicação do critério do "termo-médio".

Esta Turma e a 4ª seção do Tribunal vem paulatinamente superando a utilização do "termo-médio" como critério matemático estanque para valoração de cada uma das circunstâncias judiciais. Não há como conceber que um determinado caso concreto que eventualmente apresente as 08 vetoriais em desfavor do acusado conduza a pena-base apenas à metade do percurso estabelecido pelo legislador. Tal entendimento, a meu juízo, torna letra morta o preceito secundário estabelecido pela legislação penal, cuja concretização, independentemente do quão abominável tenha sido a conduta do acusado, sequer atingirá a metade da intensidade da resposta prevista em abstrato.

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Analisando a sentença de primeiro grau, em que a julgador atribuiu tão somente 06 meses de elevação da pena para cada vetorial negativa (a pena prevista em abstrato para o presente crime oscila de 03 a 12 anos de reclusão), constata-se que o critério do "termo-médio" já foi aplicado pela magistrada. Caso todas as vetoriais tivessem sido avaliadas de forma negativa, ao invés de aplicação da pena máxima teríamos uma sanção de 07 anos de reclusão, ou seja, muito próxima da metade do intervalo. Desse modo, compreendo que seria efetivamente correta a intervenção desta Corte para fins de elevação do aumento de pena decorrente de cada uma das vetoriais negativas. Entretanto, considerando que o Ministério Público Federal expressamente afirmou pretender a aplicabilidade do critério do "termo-médio", entendo que não há como promover a necessária reforma sem que incidamos em *reformatio in pejus*. A pretensão acusatória resta prejudicada, haja vista já ter sido contemplada pelo Juízo de primeiro grau em sua sentença.

De outro lado, não há qualquer razão para a redução da valoração atribuída a cada uma das vetoriais. Conforme fundamentação aqui declinada, entendo que a magistrada já elevou a pena-base em apenas 50% do que poderia ter feito caso realizada a dosimetria nos moldes preconizados pelo Código Penal. Considerando que o entendimento adotado já foi extremamente benéfico à defesa, não há razão de fato ou de direito para modificação da sentença quanto ao ponto. Mantida a pena-base em 04 anos e 06 meses de reclusão.

Na segunda etapa da dosimetria da pena incide a agravante do art. 62, inciso I, do Código Penal, porquanto o réu foi o mentor das práticas ilícitas. A instrução probatória demonstrou que JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS, na condição de diretor-presidente (posteriormente acionista majoritário) da PORTOCRED e maior beneficiário das práticas ilícitas da Tour Export exercia posição de ascendência hierárquica sobre seus demais comparsas. Nenhum dos crimes contra o sistema financeiro nacional aqui analisados poderia ter sido cometido sem a iniciativa de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS, razão pela qual foi adequada a sentença de primeiro grau ao exasperar a pena-intermediária sob tal fundamento. Ausentes causas de aumento e de diminuição, mantenho incólume a pena do réu em **05 anos e 03 meses de reclusão, a ser cumprida no regime semiaberto. A multa, que deve guardar relação de proporcionalidade com a pena privativa de liberdade, segue em 97 dias-multa, à razão de 01 (um salário mínimo) vigente em abril de 2007, data do término da atividade delitiva.**

Não há qualquer desproporção no que tange à pena pecuniária imposta, porquanto os rendimentos mensais do acusado, segundo declaração feita pelo próprio, giram em torno de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

*Crime do art. 5º da Lei 7.492/86.* Na primeira etapa da dosimetria da pena para o crime de apropriação indébita foram igualmente reputadas negativas as vetoriais culpabilidade, circunstâncias e consequências do crime. Reporto-me aos mesmas razões de fato e de direito utilizadas no tópico anterior para manter incólume a sentença de primeiro grau. Mantida a pena-base em 02 anos e 09 meses de reclusão.

Também quanto ao presente delito é plenamente aplicável a agravante da liderança criminoso (art. 62, inciso I, do Código Penal), o que redundará na pena dosada pelo Juízo *a quo* de 03 anos, 02 meses e 15 dias de reclusão.

Aplicar-se-ia, na atual etapa da dosimetria, a regra da continuidade delitiva em função do reconhecimento de 41 crimes de apropriação indébita, os quais, pelas circunstâncias de tempo, lugar e modo de execução, podem ser havidos como em continuidade delitiva (art. 71 do CP). Não obstante, consoante dita a Súmula 497 do

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

Supremo Tribunal Federal, deve ser analisada a prescrição antes da incidência do mencionado aumento de pena.

Pois bem, nos termos do art. 109, IV do CP, incide sobre a espécie o prazo prescricional de 08 anos. Considerando que os fatos ocorreram antes da edição da Lei 12.234/10, é preciso averiguar se houve o transcurso de tal lapso temporal entre a data dos fatos e o recebimento da denúncia. O encerramento das apropriações indébitas ocorreu em janeiro de 2005, enquanto a peça inicial acusatória somente veio a ser recebida pelo Juízo *a quo* em abril de 2013. Deste modo, deve ser declarada extinta a punibilidade de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS, forte no art. 107, IV, do CP, quanto ao crime de apropriação indébita tipificado no art. 5º da Lei 7.492/86.

Prejudicado o recurso do Ministério Público Federal quanto à aplicabilidade da regra do concurso material de crimes.

O réu não preenche os requisitos legais objetivos para substituição da pena privativa de liberdade remanescente por penas restritivas de direitos.

### 5.3 JOÃO QUIRINO.

*Crime do art. 4º da Lei 7.492/86.* Assim como para os demais acusados, o Juízo de origem reputou negativas as circunstâncias e consequências do crime. Isso porque o crime foi praticado em período expressivo (2002 a 2007), envolvendo aproximadamente 50 aplicadores. A prática delitiva induziu em erro não apenas aplicadores, mas também a fiscalização. Quanto às consequências, essas foram consideradas elevadas por conta da necessidade de repasse do prejuízo à PORTOCRED. Reporto-me às razões já apresentadas para manter incólume as razões da sentença de primeiro grau quanto ao ponto.

O Ministério Público Federal requer a elevação da pena-base por conta da maior culpabilidade de JOÃO QUIRINO. Afirma que sua experiência profissional deveria ter sido levada em consideração para apreciar a intensidade de seu dolo de agir. Analisando detidamente as provas, não verifico qualquer elemento profissional relacionado a JOÃO QUIRINO capaz de justificar elevação da pena a título de culpabilidade. Não há uma maior reprovabilidade em sua conduta do que aquela já prevista abstratamente pelo próprio tipo penal. Ante o exposto, mantenho a pena-base fixada pelo Juízo *a quo* em 04 anos de reclusão.

Não há agravantes, atenuantes, causas de aumento ou de diminuição a serem levadas em consideração, razão pela qual a pena resta definitivamente dosada em **04 anos de reclusão, a ser cumprido no regime aberto e 48 dias-multa, à razão de ¼ (um quarto)** do salário mínimo vigente em abril de 2007, data do término da atividade delitiva.

*Crime do art. 5º da Lei 7.492/86.* Reporto-me às razões do tópico anterior para manter incólume a dosimetria da pena realizada pelo Juízo *a quo* na primeira e segunda etapas, o que redundará em uma sanção de 02 anos e 06 meses de reclusão.

Aplicar-se-ia, na atual fase da dosimetria, a regra da continuidade delitiva em função do reconhecimento de 41 crimes de apropriação indébita, os quais, pelas circunstâncias de tempo, lugar e modo de execução, podem ser havidos como em continuidade delitiva (art. 71 do CP). Não obstante, consoante dita a Súmula 497 do Supremo Tribunal Federal, deve ser analisada a prescrição antes da incidência do mencionado aumento de pena.

Pois bem, nos termos do art. 109, IV do CP, incide sobre a espécie o prazo prescricional de 08 anos. Considerando que os fatos ocorreram antes da edição da Lei 12.234/10, é preciso averiguar se houve o transcurso de tal lapso temporal entre

LVX©/LVXJ

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

a data dos fatos e o recebimento da denúncia. O encerramento das apropriações indébitas ocorreu em janeiro de 2005, enquanto a peça inicial acusatória somente veio a ser recebida pelo Juízo *a quo* em abril de 2013. Deste modo, deve ser declarada extinta a punibilidade de JOÃO QUIRINO, forte no art. 107, IV, do CP, quanto ao crime de apropriação indébita tipificado no art. 5º da Lei 7.492/86.

Prejudicado o recurso do Ministério Público Federal quanto à aplicabilidade da regra do concurso material de crimes.

*Substituição da pena privativa de liberdade.* Considerando que a pena final do acusado, em virtude da prescrição do crime de apropriação indébita, totalizou tão somente 04 anos de reclusão, é cabível a análise da substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

O réu preenche os requisitos objetivos e subjetivos previstos pelo art. 44 do Código Penal, o que torna aplicável substituição da pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito (art. 44, § 2º, do CP).

Dentre as penas substitutivas, a prestação de serviço à comunidade é a mais recomendável, visto que exige o trabalho pessoal do condenado e permite o engajamento em atividades sociais. A prestação pecuniária vem em seguida, a despeito de seu caráter pecuniário, por sua destinação e por permitir o engajamento do condenado em obras sociais. As demais penas substitutivas são em geral menos proveitosas e exigem circunstâncias específicas, pelo que aplicáveis apenas em casos excepcionais. A perda de bens e valores, como pena, só se justifica quando incabível o perdimento e os bens e valores são ligados ao crime. A interdição temporária de direitos é aplicável apenas em casos em que o crime é cometido com abuso de direito. A limitação de fim de semana, muito embora exija comprometimento pessoal do condenado, é custosa e de menor proveito pessoal ou social. Já a pena de multa tem excessivo caráter pecuniário e, se já cominada para o tipo penal, representa dupla aplicação de pena da mesma natureza.

Assim sendo, substituo a pena privativa de liberdade por prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, na forma dos arts. 43, 44, inc. I, § 2º, e 59, inc. IV, do CP, e por prestação pecuniária, que fixo em 10 salários-mínimos (art. 45, §1º, do CP), a serem recolhidos em favor de instituições de cunho social, determinadas em execução.

O cumprimento da prestação de serviços à comunidade ou entidade pública, a ser definido oportunamente, observará o disposto nos arts. 149 e 150 da Lei 7.210/84, e terá a mesma duração da pena privativa de liberdade que ora se substitui (art. 55 do CP).

*Dispositivo*

Ante o exposto, voto por:

(a) Declarar parcialmente prejudicado o recurso do Ministério Público Federal e, na parcela remanescente, negar-lhe provimento.

(b) Negar provimento ao apelo de SILVANE DALA SANTA, porém declaro extinta sua punibilidade, forte no art. 107, IV, do CP, em relação ao crime de apropriação indébita do art. 5º da Lei 7.492/86. Mantidas incólumes as penas privativa de liberdade, de multa e substitutivas estabelecidas pelo Juízo *a quo* para o crime de gestão fraudulenta (art. 4º da Lei 7.492/86).

(c) Negar provimento ao apelo de JOSÉ ALEXANDRE GUILARDI DE FREITAS, porém declaro extinta sua punibilidade, forte no art. 107, IV, do CP, em relação ao crime de apropriação indébita do art. 5º da Lei 7.492/86. Mantidas





**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

incólumes as penas privativa de liberdade e de multa estabelecidas pelo Juízo *a quo* para o crime de gestão fraudulenta (art. 4º da Lei 7.492/86).

(d) Negar provimento ao apelo de JOÃO QUIRINO, porém declaro extinta sua punibilidade, forte no art. 107, IV, do CP, em relação ao crime de apropriação indébita do art. 5º da Lei 7.492/86. Mantidas incólumes as penas privativa de liberdade e de multa estabelecidas pelo Juízo *a quo* para o crime de gestão fraudulenta (art. 4º da Lei 7.492/86). Não obstante, determino de ofício a substituição da pena privativa de liberdade remanescente por prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária de 10 salários mínimos.



Documento eletrônico assinado por **Desembargador Federal Leandro Paulsen, Relator**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **8279662v10** e, se solicitado, do código CRC **EFEE5851**.

LVX©/LVX]

5017304-61.2013.4.04.7100

8279662.V010

